



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ – UNIFAP
CAMPUS BINACIONAL OIAPOQUE - CAMBINACIONAL
CURSO DE LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA – CLII

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC



“ESTA ASSEMBLÉIA É DE ÍNDIO E NÃO DE BRANCO, E ENTÃO SÓ ÍNDIO TEM QUE ESTAR PRESENTE”: a organização da Assembleia Indígena Nacional na Aldeia Kumarumã no ano de 1983

“HA SĒBLEI-LA A DJI ÊDJĒ A PA DJI BLANG, ÊBE A SELMÃ ÊDJĒ PU PAHÉT”:
ohganizasiõ dji a sĕblei dji êdjĕ ‘nacional’ la kumunite dji Kumahumã la anĕ dji 1983

Autor
Francinei Narciso Correia

Orientação
Carina Santos de Almeida

Oiapoque, agosto de 2019.

Francinei Narciso Correia

“ESTA ASSEMBLÉIA É DE ÍNDIO E NÃO DE BRANCO, E ENTÃO SÓ ÍNDIO TEM QUE ESTAR PRESENTE”: a organização da Assembleia Indígena Nacional na Aldeia Kumarumã no ano de 1983

“HA SĒBLEI-LA A DJI ĒDJĒ A PA DJI BLANG, ĒBE A SELMÃ ĒDJĒ PU PAHÉT”:
ohganizasiõ dji a sĕblei dji ĕdjĕ ‘nacional’ la kumunite dji Kumahumã la anĕ dji 1983

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura Intercultural Indígena – CLII, da Universidade Federal do Amapá, Campus Binacional de Oiapoque, na área de Ciências Humanas, como requisito para a obtenção do título de Licenciado em Intercultural Indígena, habilitação Ciências Humanas.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Carina Santos de Almeida

Oiapoque, agosto de 2019.

RESUMO

Este trabalho de Conclusão de Curso aborda um evento muito importante na política dos povos indígenas situados no município de Oiapoque, Estado do Amapá/BR: a “Assembleia Indígena Nacional”, realizada entre os dias 30 de abril e 02 de maio de 1983 na Aldeia Kumarumã, Terra Indígena Uaçá. Um dos objetivos dessa pesquisa consistia em recuperar memórias sobre este evento nacional e que se apresentou singular para os quatro povos da região de Oiapoque, por vezes, esquecido ou desconhecido pelas novas gerações. Assim, procurei contextualizar o movimento indígena como o conhecemos hoje e apresentar os elementos fundamentais para sua compressão. Realizei a pesquisa através de entrevistas com os missionários do CIMI, Padre Nello Ruffaldi e Irmã Rebeca Spires, bem como com as lideranças Galibi Marworno Paulo Silva e Adailson Narciso; ainda investiguei fontes documentais diversas, como o Jornal Mensageiro e o Dossiê que registrou e transcreveu as falas proferidas durante a Assembleia. Compreendo que o significado desse encontro reside na articulação e esclarecimento sobre a situação enfrentada pelos povos indígenas no cenário brasileiro, tanto local como nacional, sensibilizando lideranças e unindo forças para a organização do movimento indígena em todos os âmbitos e níveis.

PALAVRAS- CHAVE: Assembleia Indígena; Movimento Indígena; CIMI; Povos Indígenas de Oiapoque.

HESUM

Ha thavai-la dji kōklusiō de curs i ka koze de um mozmã boku ãpohtã la politiqe dji pov ãdjẽ ki ka hete aba municip dji Oiapok, Estad dji Amapá: A Sẽblei ãdjẽ “Nacional” ki fet la ju dji 30 dji avril e 02 dji mai dji 1983, la kote dji Kumahumã late ãdjẽ Uaçá, objetiv dji ha peskiz-la a sase rekupehe memua suje a mozmã “nacional” i phwezãte pu kat pov dji hegiō dji Oiapok, detã blie pu pho jun mun. Kōhã mo sase mãiẽ pu “contextualizar” mōzma ãdjẽ kumã no konet li jodla i phwezãte bagaj-iela pu kōphan. Mo fe peskiz ãthe dumãde kote missione dji CIMI, Padre Nello Ruffaldi i Irmã Rebeca Spire i osi kote lidehãs Galibi Marworno Paulo Silva e Adailson Narciso, mo gade osi tahod kalite liv, kumã, “Jornal Mensageiro” i “Dossiê kote ie ekhi koze dji kōfehãs-la. No ka kōphan ki ha kōfehãs-la a um mo mã dji artikulasiō e klehite dji situaciō dji pov ãdjẽ-iela, la “cenário” dji bhueziliẽ, si lá i deho, pu tuxe la lidehãse-iela e hasãble fos pu no ohganizasiō de mozmã ãdjẽ pu tut lokalizasiō e niv.

PAHÓL-IELA: Sẽblei ãdjẽ, Mozmã ãdjẽ, CIMI, Pov ãdjẽ dji Oiapok.

SUMÁRIO

Agradecimentos	6
1 O SURGIMENTO DO MOVIMENTO INDÍGENA ENTRE OS POVOS INDÍGENAS DE OIAPOQUE.....	10
1.1 O Padre Nello e a atuação do CIMI	12
1.2 As Assembleias Indígenas Nacionais	14
2 A REALIZAÇÃO DA ASSEMBLEIA INDÍGENA NACIONAL EM KUMARUMÃ (1983)	16
2.1 Preparação e organização da “Assembleia Nacional”	19
2.2 As discussões centrais da Assembleia: terra, demarcação e movimento indígena.....	26
2.2.1 “A palavra das mulheres índias” na Assembleia	43
3 OS RESULTADOS DA ASSEMBLEIA E AS DESPEDIDAS	48
Considerações finais	53
REFERÊNCIAS	55
FONTES DOCUMENTAIS	55
FONTES ORAIS	55

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Carta enviada ao Presidente da Funai pelos Povos Indígenas de Oiapoque em 1976	11
Figura 2: “Casa de Festa” da Aldeia Kumarumã.....	18
Figura 3: Composição de fotos que demonstram a capacidade técnica do povo Galibi na construção de embarcação para a mobilidade e comércio.....	19
Figura 4: Jornal Mensageiro, Edição n.º 18, de 1983, com a Carta Convite para a Assembleia Indígena Nacional.....	22
Figura 5: O caminhão, meio de transporte que conduziu os parentes para Assembleia em 30 de abril de 1983.....	23
Figura 6: Embarcações responsáveis por transportar os parentes do porto da Aldeia Manga, no Rio Curipi até Aldeia Kumarumã no rio Uaçá.....	23
Figura 7: Fartura na alimentação, com muito peixe, jacaré e tracajá.....	24
Figura 8: Mapa e foto da Aldeia Kumarumã.....	25
Figura 9: Mapa de localização dos povos indígenas presentes na Assembleia de 1983.....	27
Figura 10: Participantes da região e representante de outros estados presentes na Assembleia de 1983 na aldeia Kumarumã.....	28
Figura 11: Manoel Felizardo dos Santos, cacique da Aldeia Kumarumã.....	29
Figura 12: Carta enviada pelos jovens da comunidade de Itapuranga Estado de Goiás.....	30
Figura 13: Daniel Cabixi (Pareci), assessor da Assembleia.....	33
Figura 14: Clemente, representante do povo Tembé.....	35
Figura 15: Povo Munduruku do estado do Pará na Assembleia, representado pelas lideranças Felix, Roberto e Venâncio.....	36
Figura 16: Povo Munduruku do Amazonas representado por Augusto e Francisco.....	36
Figura 17: Povo Tikuna falando para plenária sobre os indígenas que vão contra os interesses de seu povo.....	38
Figura 18: Daniel Pareci falando sobre desunião entre os povos.....	38
Figura 19: Povo Parakanã do Estado do Pará sofrendo com represa do Tucuruí.....	39
Figura 20: Jovens professoras indígenas (monitoras).....	44
Figura 21: Mulheres na Assembleia.....	46
Figura 22: Lideranças Galibi Marworno Manoel Floriano Macial (esquerda) e Manoel Felizardo dos Santos (direita).....	51

Agradecimentos

Eu Francinei Narciso Correia agradeço especialmente a minha mãe que me apoiou em todas as etapas da minha graduação, me motivando e incentivando nesses quatro anos de curso. Pois momentos difíceis durante o curso me desmotivaram a concluir o curso, e hoje sou meramente grato a ela por acreditar em mim.

Agradeço aos missionários indigenistas Padre Nello Ruffaldi e a Irmã Rebeca Spires, que se disponibilizaram em me ajudar no que fosse preciso pois viram a importância da minha pesquisa, agradeço as lideranças Galibi Marworno Paulo Silva e Adailson Narciso, cedendo seu tempo para que eu pudesse entrevista-los, também ao Manoel Soracio Nunes pelo apoio nas filmagens das entrevistas do Padre Nello e da Irmã Rebeca.

Em especial, dedico meu trabalho de conclusão de curso ao Padre Nello Ruffaldi, que não se encontra mais entre nós, ele que dedicou toda sua vida em prol dos povos indígenas, que esteve lá, desde o início da nossa luta, ele nos mostrou o caminho para alcançarmos nossos objetivos, o Padre Nello sempre prezou por nossa autonomia. Deixará saudade, e o seu exemplo de luta sempre estará em nossa memória e nos nossos corações.

Agradeço a minha orientadora e Doutora, Carina Santos de Almeida que acreditou no meu potencial e que me desafio a um trabalho tão árduo de investigação, mas a dificuldade tem que existir para que possamos superar as barreiras. Meu muito obrigado a todos que me ajudaram.

Fotografia *in memoriam* do Padre Nello.



Fonte: Fotografia cedida por Professor Maurício Galibi.

Considerações sobre a pesquisa

O tema deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é a Assembleia Indígena Nacional que aconteceu no ano de 1983 na Aldeia Kumarumã, situada na Terra Indígena Uaçá, no município de Oiapoque, Amapá. Essa Assembleia foi um marco importante para os povos indígenas da região de Oiapoque porque ali discutiram vários assuntos, dentre estes apresentou-se como principal a demarcação e homologação de nossas terras, problema que estava sendo enfrentado pelos vários povos indígenas de todas as regiões do Brasil.

O meu objetivo com o estudo é compreender o significado deste evento e seus desdobramentos, seja na educação, saúde, cultura e, principalmente, na demarcação das terras dos povos indígenas do Oiapoque. Outrossim, este estudo visa também fazer um trabalho de revitalização da história porque se trata de um evento que aconteceu há mais de três décadas e que ainda está presente na memória das pessoas que participaram da Assembleia, suas discussões, debates e problemáticas enfrentadas na época.

O título de meu TCC *“Esta assembleia é de índio e não de branco, e então só índio tem que estar presente”*, apresenta a frase proferida por Manoel Guilherme, liderança Karipuna que atualmente vive na Aldeia Manga e foi escolhida para destacar o sentimento dos povos indígenas de Oiapoque na preparação da Assembleia Indígena Nacional. As palavras de Manoel Guilherme ressaltam a autonomia dos povos indígenas no contexto de suas ações, reafirmam que não são subordinados ao homem “branco” e, que, em suas atividades não aceitam a interferência externa que secularmente marcou as relações de contato com os povos indígenas.

Nos tempos do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) existia em nossa região a prática de controle e imposição, os povos eram considerados como crianças a serem tutelados, sem capacidade de autonomia. Assim, quando seu Manoel Guilherme escolheu essas palavras ele estava levantando a bandeira do protagonismo indígena, do direito dos povos em suas escolhas, no modo de pensar e agir conforme seus parâmetros. Em se tratando de um evento em nível nacional, o pensamento dessa liderança é de preocupação para chamar à atenção, pois a partir daquele momento saíam decisões importantes com relação à demarcação de terras, questão de grande interesse, inclusive, dos não indígenas que acompanhavam o evento, como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), que ficou responsável pela parte técnica da gravação e digitação de documentos e, não influenciou diretamente no desenvolvimento da Assembleia.

Meu trabalho vai ajudar os jovens indígenas da região a conhecer o significado e a importância do movimento indígena nacional e local, que, possibilitou o início da luta pela demarcação das Terras Indígenas Uaçá, Juminã e Galibi. Sua importância reside também na

possibilidade de acessar, organizar e sistematizar dados e fontes diversas, como orais e escritas, sobre a trajetória histórica dos povos indígenas de Oiapoque, destacando as experiências vivenciadas na organização da Assembleia Nacional na Aldeia Kumarumã.

Este TCC reúne diversas fontes de informação e as disponibiliza aos estudantes indígenas e suas comunidades, estimula que outros venham a pesquisar sobre o movimento indígena e as Assembleias nacionais e locais, bem como sobre a atuação do CIMI junto às nossas comunidades.

Minha motivação para essa pesquisa é saber que, os povos indígenas do Oiapoque, contribuíram no cenário histórico nacional com a organização de uma Assembleia que acolheu povos de diversas etnias do Brasil exatamente em um momento político delicado e marcado pela ditadura civil-militar, sendo que as fontes consultadas destacam que a promoção da logística do evento numa região amazônica foi um grande desafio que, apesar da abrangência e da continentalidade do nosso país, deu certo.

Me chamo Francinei Narciso Correia, nasci na cidade de Oiapoque no dia 25 de fevereiro de 1991 – oito anos após a realização da Assembleia Indígena Nacional em Kumarumã – e sou indígena da etnia Galibi Marworno. Minha mãe é indígena e natural da Aldeia Kumarumã, situada às margens do rio Uaçá. Meu pai não é indígena e nasceu na cidade de Cruzeiro do Sul, no estado do Acre, filho de seringueiro que trabalhou no extrativismo da borracha. Apesar de ter estudado boa parte da minha vida em escolas públicas não indígenas, frequentando somente até a primeira série na Aldeia Kumarumã, nunca perdi o vínculo com a minha comunidade, dessa forma, estou engajado em estudar e pesquisar sobre esse tema inicialmente desconhecido para mim. É estranho que um evento tão singular e importante ocorrido na minha comunidade e que faz parte da história dos povos indígenas brasileiros seja desconhecido por muitos, sobretudo, pelos jovens indígenas do Oiapoque.

Em meu TCC utilizei como fonte de pesquisa o Jornal Mensageiro n.º 18 de 1982 e n.º 20 de 1983, do CIMI, onde estão descritos os contextos da organização da Assembleia Indígena Nacional de 1983 na Aldeia Kumarumã. Pesquisei no site oficial do órgão indigenista, que possibilitou conhecer melhor essa instituição que esteve presente nas primeiras Assembleias dos povos indígenas da região de Oiapoque. A principal referência do CIMI em nossa região é o Padre Nello Ruffaldi, assim entrevistei-o, sobretudo, por ser a personalidade responsável por incentivar as Assembleias em nossa região. O CIMI levou muitas de nossas lideranças para participar de outras Assembleias, como a que ocorreu na Missão Cururu em 1975, entre os parentes Munduruku no estado Pará.

O Trabalho de Conclusão de Curso de Sinésia Forte dos Santos, que estudou as Assembleias dos Povos Indígenas de Oiapoque entre (1976 – 2017), destaca que as lideranças presentes na segunda Assembleia Nacional na Missão Cururu foram “[...] Manoel Primo dos Santos, da etnia Karipuna e, o líder da etnia Galibi-Kal’ina, Geraldo Lod, acompanhados pelo Padre Nello, resolveram participar de um encontro do movimento indígena em nível nacional [...]” (FORTE DOS SANTOS, 2018, p.16).

Nesta pesquisa também entrevistei a irmã Rebecca Spires, que se integrou posteriormente ao trabalho do CIMI em Oiapoque já em desenvolvimento pelo Padre Nello Ruffaldi. Sua entrevista permite entender o papel das mulheres nesse evento e, foi nesse encontro que a irmã me disponibilizou acesso ao Dossiê com a transcrição e a tradução das falas proferidas, gravadas e datilografadas da Assembleia de Kumarumã. Para este TCC também entrevistei lideranças indígenas Galibi-Marworno que participaram desta Assembleia, quando jovens, como Adailson Narciso e Paulo Silva, hoje cacique da Aldeia Karibuen e conselheiro da Aldeia Kumarumã e ex-cacique do Kumarumã, respectivamente.

No que diz respeito a metodologia deste trabalho, buscou-se articular várias fontes de pesquisa sobretudo qualitativas – fotografias, entrevistas, consultas aos artigos científicos, publicações do Jornal Mensageiro e as falas do Dossiê disponibilizado pelo CIMI – que possibilitassem entender o contexto e o sentimento que envolveu a promoção da Assembleia.¹

¹ As entrevistas foram transcritas por Solei Botã Santos Silva e Davi Castro Gabriel. As filmagens das entrevistas foram realizadas com o Padre Nello e a Irmã Rebecca por Manoel Soracio Nunes.

1 O SURGIMENTO DO MOVIMENTO INDÍGENA ENTRE OS POVOS INDÍGENAS DE OIAPOQUE

O movimento indígena nacional surgiu em meados da década de 1970, em meio a uma nova conjuntura política e social que eclodiu em todo o país. Desde os tempos do SPI, os governos brasileiros vinham promovendo ações para a integração dos povos indígenas à sociedade nacional com o intuito de que, paulatinamente, estes abrissem mão de suas identidades étnicas e se tornassem unicamente “brasileiros”. Foi nesse contexto político de atuação nacional da ditadura civil-militar que surgiu o Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Desde então, o CIMI contribuiu para apoiar a luta dos povos indígenas por suas terras e direitos fundamentais (MUNDURUCU, 2012, p 209).

Entre os povos de Oiapoque (Amapá), o movimento indígena local emergiu no mesmo período em que surgiu o movimento indígena nacional, com o apoio e assessoria do CIMI, e, particularmente em nossa região, com a ajuda do Padre Nello Ruffaldi. A primeira Assembleia dos Povos Indígenas de Oiapoque ocorreu em 1976 na Aldeia Kumarumã e o Padre Nello foi quem redigiu o Relatório “Assembleia dos chefes e representantes dos povos indígenas da região de Oiapoque, do norte do Amapá” deste primeiro evento (FORTE DOS SANTOS, 2018, p.16 e 17; p.34 – 40).

A chegada e a atuação do missionário católico italiano Nello Ruffaldi em Oiapoque foi muito importante. Ele contribuiu para a discussão local-regional da demarcação de nossa terra, movimento que estava ocorrendo também entre outros povos indígenas do Brasil. Os indígenas do Oiapoque tinham total desconhecimento com relação ao direito à sua terra, conforme expressa a liderança Paulo Silva afirmando que, naquela época, faltava informação:

Pois é, então, que eu me lembro, naquela época, na década de 70, nós lá no Kumarumã, nós não tinha ideia de terra demarcada! Se nós iríamos precisar, nem sabíamos o que era demarcação de terra, para nós nossa terra era absoluta! Era tudo! Nós não sabia nem se nós tinha direito a terra demarcada! [...] mas aí com a chegada do padre Nello e depois do Frederico, e naquela época eles eram novos, eles tinham recém concursado na Funai como indigenista [se referindo a Frederico]. Eles chegaram bem nessa época em que o mundo todo além do Brasil, e o nosso país sempre copia os de fora [...] estavam falando de demarcação de terra indígena [...] (Entrevista de Paulo Silva cedida a Francinei Narciso Correia em 06 outubro de 2017, na cidade de Oiapoque/AP).

A narração de Paulo Silva deixa evidente que a falta de conhecimento sobre os trâmites da demarcação de terras entre nós povos indígenas era enorme. A realização da primeira Assembleia dos Povos Indígenas de Oiapoque entre 22 a 23 de setembro de 1976, na Aldeia Kumarumã contribui justamente para alertar e promover a organização interna dos quatro povos que integram a região de Oiapoque: Galibi Marworno, Karipuna, Palikur e Galibi Ka’lina. O

estudo de Sinésia Forte dos Santos (2018, p.17) ressalta a presença das seguintes lideranças nesta primeira Assembleia:

Nessa primeira Assembleia teve a participação de lideranças das aldeias, como o tuxaua Manoel Primo dos Santos (Coco) e seu filho Luis, Geraldo Lod, tuxaua dos Galibi do Oiapoque, o tuxaua Henrique dos Santos da Aldeia Manga, Raimundo dos Santos (Tangarrá), chefe da Aldeia Espírito Santo, ainda, o tuxaua dos Palikur Paolo Orlando Filho, acompanhado de Leon e outros dois Palikur, do Tauari veio o chefe Baixinho e os representantes da Aldeia Kumarumã foram o tuxaua Manoel Floriano Maciel, Felizardo, Ribeiro, Osvaldo e Manoel Gilherme, mais a presença dos representantes dos três Postos Indígenas da Funai, localizados nos rios Curipi, Uaçá e Urukawá, os senhores Djalma, Cícero e Frederico, por fim o Padre Nello Ruffadi como representante do CIMI.

Como consequência, as lideranças tomaram algumas decisões. Escreveram uma carta ao presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai) para dar início a tramitação da demarcação das terras indígenas de Oiapoque (Figura 1). A partir deste momento iniciou-se o movimento indígena como conhecemos hoje. Padre Nello afirma que o CIMI veio apenas auxiliar por um determinado tempo, após sairia de cena para que os povos indígenas de Oiapoque protagonizassem suas lutas.

Figura 1: Carta enviada ao Presidente da Funai pelos Povos Indígenas de Oiapoque em 1976

CARTA ENVIADA AO PRESIDENTE DA FUNAI

(através da 2a. D.R. de Belém)

Senhor Presidente,

Nós Índios Galibis, Palikurs, Karipunas, do Território Federal do Amapá, habitantes na reserva indígena do Uaçá, Kumarumã, queremos apresentar à V. Excia um pedido de fundamental importância para a nossa subsistência: a demarcação da nossa reserva. Tomamos esta resolução frente à situação nova em que virá a encontrar-se a nossa área depois de ultimada a rodovia BR 156 que atravessará a nossa reserva.

Até agora assistimos à invasões limitadas da nossa reserva como a instalação de uma fazenda de bufalinos perto da aldeia Galibis e outras temporárias, motivo de caça e pesca, mas é fácil prever os próximos conflitos que as frentes pioneiras de colonização trarão para a nossa área logo que a rodovia BR 156 esteja transitável e as terras loteadas. Querendo evitar estes conflitos com a sociedade envolvente, com a qual estamos vivendo em harmonia, apresentamos o pedido no sentido de V. Excia tomar as providências para que nossa reserva seja

Fonte: Trecho do Relatório da Assembleia dos chefes e representantes dos Povos Indígenas da Região de Oiapoque, no norte do Amapá, Kumarumã, Rio Uaçá, 22 e 23 de setembro de 1976. Documento completo disponível em Forte dos Santos (2018, p.34 – 40).

Na Carta apresenta-se nitidamente a preocupação das lideranças com a Rodovia BR 156 que “atravessaria a nossa reserva”, situação urgente e que motivou a demarcação de nossa terra. Este Documento demonstra que naquele momento não se desejava entrar em conflito e que havia uma “certa harmonia” entre os povos indígenas da região com a “sociedade envolvente”.

Até então, o acesso a região de Oiapoque somente era realizado por barco ou avião. A construção de uma rodovia federal que interligasse a capital Macapá ao norte do estado do Amapá que faz fronteira com a Guiana Francesa era uma demanda existente há algum tempo.

1.1 O Padre Nello e a atuação do CIMI

O Conselho Indigenista Missionário (CIMI) é uma instituição não governamental criada em 1972 e vinculada a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Sua atuação missionária renovou o trabalho da Igreja Católica junto aos povos indígenas, inserindo nas relações de contato os princípios de respeito, alteridade e compromisso com os povos indígenas, destacando principalmente a importância do protagonismo. O CIMI está regionalizado em 11 lugares de atuação pelo Brasil, com seu secretariado em Brasília. Cada região é composta por uma estrutura básica onde funciona toda a articulação junto aos mais de 180 povos indígenas atendidos e distribuídos em 26 estados, nas cinco regiões do Brasil. Cada regional do CIMI trabalha de forma autônoma, orientada pelo estatuto, regimento interno e decisões de assembleia, além de contar com assessoria de comunicação, antropológica, jurídica e teológica em Brasília.

Segundo Daniel Munduruku, o CIMI foi significativo para a consolidação do modelo de organização dos povos indígenas hoje:

A atuação do CIMI foi pautada – neste primeiro momento – pela organização de assembleias, que reuniam líderes indígenas provenientes de diferentes regiões brasileiras e que favoreciam debates e discussões sobre problemas comuns que afetavam seus povos: luta pela terra, participação na elaboração da política indigenista oficial e especialmente, a necessidade de união entre os diferentes povos [...]. (MUNDURUKU, 2012, p.210).

O CIMI inicia sua atuação na região de Oiapoque na década de 1970 com o Padre Nello Ruffaldi que chegou ao Brasil em 1971 e, a partir do ano de 1972, passou a integrar e representar o CIMI em Oiapoque:

Bom, eu sou, nasci na Itália, 1942, tenho 76 anos, numa aldeia entre Florença e Roma, bem no meio...uma aldeia pequena, de mil... naquela época 2 mil habitantes. Nasci na Itália, mas atualmente eu sou naturalizado brasileiro. Me formei em ser missionário, a minha missão começou na Itália, mas depois vim para o Brasil em 1971. (Entrevista com o Padre Nello Ruffaldi cedida a Francinei Narciso Correia no dia 1 de março de 2018, cidade de Oiapoque).

O Padre Nello informou que ele desconhecia a presença de indígenas na cidade e isso foi uma surpresa para ele. Ao chegar aqui o Padre se deparou com uma comunidade muito grande de indígenas e até mesmo maior do que a própria população da cidade de Oiapoque.

Explicou que, naquela época, o município era um lugar isolado onde poder-se-ia chegar apenas de barco ou de avião, principalmente através da Força Aérea Brasileira (FAB):

Eu cheguei aqui em junho, comecei a conhecer esse lugar Oiapoque, onde ainda continuo o meu trabalho [...] e eu não conhecia o Oiapoque. A primeira descoberta que fiz, que naquela época é que a metade da população era de índio, e hoje aumentou muito a cidade de Oiapoque, e a metade ainda é de povos indígenas. E aí começou a minha segunda vocação. A primeira de missionário, a segunda foi missionário para os povos indígenas [...] estávamos num município isolado, aqui não tinha estrada, não tinha comunicação, tinha só barco, mas não barco de passageiro, barco de mercadoria. Não tinha avião, só avião da FAB e do correio nacional. (Entrevista com Padre Nello Ruffaldi cedida a Francinei Narciso Correia no dia 1 de março de 2018, cidade de Oiapoque).

Em 1973 o Padre Nello lançou a Campanha do “Filtro”, quando incentivou as famílias a construir sanitários e, assim, receberiam em contrapartida um “filtro d’água” a fim de diminuir a verminose endêmica na região. Essa campanha foi muito bem-sucedida em Kumarumã (RICARDO, 1983, p. 04). O Padre também estimulou entre os povos indígenas a realização de reuniões, aproveitando o costume originário dos mutirões (*mauhí*), prática existente até hoje entre os povos indígenas de Oiapoque.

A partir de 1975, a atuação do CIMI se ampliou. O Pe. Nello passou a incentivar os mutirões realizados tradicionalmente pelos índios. Nas celebrações, em reuniões por aldeias ou nas assembleias, surgiram ocasiões regulares para discussão dos problemas das comunidades. (RICARDO, 1983, p. 04).

Conforme ressaltado anteriormente, o principal foco da primeira Assembleia de 1976 realizada na região de Oiapoque foi à demarcação da terra. Contudo, conforme informa a publicação Povos Indígenas no Brasil do Instituto Socioambiental (ISA), essa ideia de demarcação já existia há muito tempo entre os povos indígenas da bacia do rio Uaçá:

Os primeiros passos visando a criação de uma reserva única para os Galibi, Palikur e Karipuna na bacia do Uaçá foram dados ainda no tempo do SPI, sob direção de José Maria da Gama Malcher. Uma minuta teria sido elaborada na primeira metade dos 60, mas não chegou a ser publicada no Diário Oficial (Arnaud:1982, jp). (RICARDO, 1983, p.09).

Na época de realização da Assembleia Nacional em Kumarumã os povos indígenas da região não sabiam que precisavam ter documentos que comprovariam que aquelas terras eram, de fato, suas; o que reforça ainda mais a importância dessa Assembleia para levar informação sobre demarcação para todos os parentes.

Conforme destacaram Padre Nello e irmã Rebecca em suas entrevistas, o CIMI realizou alguns trabalhos voltados para a promoção da Educação Escolar Indígena, com a formação de monitores indígenas para atuar nas séries iniciais, introduzindo o ensino bilíngue ainda na década de 1980. A atuação do CIMI foi fundamental para o fortalecimento das sociedades

indígenas da região de Oiapoque, tanto no âmbito da saúde, como também na Educação Escolar Indígena e na política indígena.

1.2 As Assembleias Indígenas Nacionais

O livro publicado pelo CIMI “Povos Indígenas: aqueles que devem viver – Manifesto contra os decretos de extermínio”, dos organizadores Heck, Silva e Feitosa (2012, p.64), informa que “[...] em abril de 1974 se realizou a primeira assembleia em Diamantino, no Mato Grosso”. Nessa Assembleia os povos indígenas de Oiapoque não participaram e, segundo explicou o Padre Nello, o CIMI foi responsável por organizar a parte logística de deslocamento, não tendo qualquer interferência nas falas ou decisões ali acordadas:

Então... Desde o começo... Antes de 1975, o CIMI no começo promoveu até os índios ser protagonistas, as Assembleias Indígenas. A primeira foi em Diamantino [...] em que o CIMI nem participava, os índios se reuniam, a gente ajudava a chegar da viagem... três dias só de índio! No último dia os índios convidavam o CIMI, o pessoal presente. O índio dizia o que ele tinha falado, o que que eles queriam, o que doía. E aí o índio começou a falar de seus problemas, aquilo que sentia, foi uma descoberta! (Entrevista com Padre Nello Ruffaldi, cedida a Francinei Narciso Correia no dia 1 de março de 2018, na cidade de Oiapoque/AP).

Conforme ressaltado na fala do Padre Nello, era apenas no último dia que o CIMI enquanto convidado participava não apenas como ouvinte. Nestas reuniões apresentava-se o sentimento de autonomia. Por muito tempo não tínhamos voz para decidir, sempre existia alguém para falar por nós. E assim ficamos por muitos anos, sem autoridade e sem autonomia, principalmente, sobre nossas terras. O CIMI proporcionou a emergência externa do protagonismo indígena, com essa posição, o órgão indigenista sofreu algumas perseguições por parte do governo da ditadura civil-militar, conforme relata o Padre Nello: “[...] agora a igreja se coloca em contraposição, o Estado não queria isso, então, aí, foi o conflito que tivemos, também com a ditadura, que fomos muito perseguidos.”.

A segunda Assembleia de chefes indígenas aconteceu em maio de 1975, na Aldeia Missão Cururu², e o Padre Nello comenta sobre a participação de lideranças dos povos indígenas de Oiapoque nesta Assembleia:

Tu imaginas Francinei, que nós tivemos a sorte, naquela época de difícil locomoção, participar aqui de Oiapoque na segunda Assembleia Nacional dos Povos Indígenas na Missão Cururu. Foi eu que participei, foi o Geraldo Lod, Coco (Manoel Primo dos Santos). Nós três, com o apoio da FAB. Apesar da Ditadura, a FAB tinha um grande respeito e apoiava os índios e, também, o CIMI, e trabalhou com os povos indígenas mais do que a Funai [...]. (Entrevista com Padre Nello Ruffaldi, cedida a Francinei Narciso Correia no dia 1 de março de 2018, na cidade de Oiapoque/AP).

² Para maiores informações, ver site do Instituto Socioambiental (ISA), sobre os Povos Indígenas no Brasil. Disponível em: www.pib.socioambiental.org/. Acesso em jul. 2019.

A Força Aérea Brasileira (FAB), conforme disse o Padre Nello, ajudou muito os povos indígenas em certas ocasiões, como na participação da segunda Assembleia de chefes que ocorreu na Missão Cururu, do Povo Munduruku, no Pará. A FAB apoiava com transporte e deslocamento de pessoas, inclusive, contribuía muito mais, como ressaltou o Padre, que o próprio órgão federal indigenista Funai.

2 A REALIZAÇÃO DA ASSEMBLEIA INDÍGENA NACIONAL EM KUMARUMÃ (1983)

Em 1983 viviam na região de Oiapoque aproximadamente 2.000 indígenas divididos em quatro povos (Karipuna, Palikur, Galibi Marworno e Galibi Ka'lina) (JORNAL MENSAGEIRO, n.º 18, 1983, p.02). A maior aldeia da região e também a mais populosa, consistia na comunidade de Kumarumã, do povo Galibi Marworno, por isso foi a escolhida para sediar esse grande evento. Os povos indígenas de Oiapoque já vinham se articulando nacionalmente desde 1975 e, como relatado no Jornal Mensageiro, tomaram gosto pela participação porque perceberam a importância e magnitude das Assembleias no âmbito nacional.

O Mensageiro n.º 20 de 1983 (p.01) informa que desde a primeira participação dos povos indígenas de Oiapoque no movimento indígena nacional é crescente o interesse e envolvimento de suas comunidades: “[...] não passa um ano que eles não se reúnam, chega convite e as comunidades se mobilizam e manda alguém e até faz coleta para ajudar na viagem”. Exatamente um ano antes de acontecer a Assembleia Nacional em Kumarumã “[...] surgiu a ideia e a pergunta, por que não fazer uma assembleia aqui, vai dar? Ou não vai dar?” (JORNAL MENSAGEIRO, 1983, p.01).

Na segunda Assembleia Nacional realizada na Missão Cururu, os povos indígenas da região de Oiapoque tiveram a noção dos problemas que os parentes de outras regiões enfrentavam com grileiros, madeiras, fazendas, garimpo, entre outros. Em geral, a luta e a pauta dos povos indígenas situavam-se na demarcação de suas terras que, na época, era legislada pela Lei 6.001 (1973), conhecida como Estatuto do Índio. Na explicação da liderança Paulo Silva, o Estatuto do Índio deu abertura para ser falar em demarcação:

[...] os índios foram muito massacrados e desprezados mesmo pela nação, então, eles acharam melhor criar uma lei, e antes disso a lei 6.001 que deu essa oportunidade para se falar de terra, para se falar de demarcação de terra indígena. Então nós, nos mobilizamos, o Brasil inteiro se mobilizou com relação a terra demarcada na Amazônia, então chegou com nós essa ideia [...] (Entrevista de Paulo Silva cedida a Francinei Narciso Correia em 06 outubro de 2017, na cidade de Oiapoque/AP).

A liderança destaca a situação difícil que até hoje é vivida por nós, como o massacre dos povos indígenas que foi promovido tanto de forma física quanto culturalmente. A expressão de Paulo Silva “então chegou com nós essa ideia” consiste na crescente preocupação com a demarcação. Os povos de Oiapoque, conforme relatado pelo narrador, apenas viviam nessa terra, sem saber que a mesma poderia ser tomada pelo governo. Seu Paulo transparece o sentimento que os inquietava naquele momento de “demarcação da Amazônia” e de intervenção

do governo civil-militar na região norte, com a construção de rodovias e projetos que cortavam as aldeias indígenas. Esse avanço para o norte, contribuiu para o surgimento de organizações não governamentais em defesa dos povos indígenas, como, por exemplo, o CIMI.

Em setembro de 1982 saiu a Carta Convite dos povos de Oiapoque aos parentes de todo Brasil para participarem da III Assembleia Nacional na Aldeia Kumarumã, município de Oiapoque (Amapá). Na ocasião, a Carta Convite solicitou o apoio do parente Daniel Pareci – que aceitou – para a organização e promoção dessa Assembleia, pois a liderança tinha experiência na execução de Assembleias.

Começaram as preparações para a realização e todos da Aldeia Kumarumã tinham que fazer sua parte. Então aconteceu uma reunião geral para dividir as tarefas e, nessa ocasião conversou-se sobre a diversidade de parentes convidados. A liderança Paulo destaca que naquela época eram poucos os indígenas que conseguiam sair de suas aldeias para visitar outros lugares:

Foi combinado aqui com os caciques da época, que vinham pessoas de fora, pessoas de outros estados e nós ficamos bastante curiosos em saber como são esses indígenas, vimos que a língua que eles falam é diferente da nossa, o modo deles se alimentarem, e estávamos muito preocupados com isso, queríamos saber como era a vestimenta, se eles vinham vestidos ou seminus e, realmente vimos que eram indígenas muito diferentes uns dos outros. Teve indígena que chegou com orelha grande, nariz furado, de tanga e bastante colares. Observamos que o chapéu de penas dos parentes era diferentes dos nossos [...]. E foi feito um trabalho na aldeia pra receber esses indígenas, um trabalho de conscientização, limpeza da aldeia, e todo um cuidado pra receber essas lideranças, foi feito um movimento [...]. Foi feito assim, um trabalho de prevenção de como nos íamos receber, na casa de quem eles iam morar, enfim, nós fizemos um movimento para esperar eles e, quando chegaram, ficaram muito orgulhosos, ficaram assim muito satisfeitos da recepção que nós preparamos para eles, mesmo não conhecendo nada, eles ficaram muito alegres. No final nós fizemos bebidas tradicionais e servimos para eles, fizemos uma festa tradicional, eles como vindo de estados diferentes ficaram muito alegres. Eu me lembro que foi eu que fui deixar eles até o Manga num barco que nós tínhamos, muito vagaroso, e passamos o dia inteiro correndo nesse rio. Mas foi muito vantajoso para nós porque a gente conheceu os parentes de fora, nós vimos as nações indígenas [...]. (Entrevista de Paulo Silva cedida a Francinei Narciso Correia em 06 outubro de 2017, na cidade de Oiapoque/AP).

A Assembleia no Kumarumã foi surpreendente. Os indígenas de nossa região, conforme ressalta Paulo Silva, nunca haviam saído para além de suas aldeias originárias. Quando então se depararam com os parentes de “nariz furado”, “orelhas alargadas” e “usando tangas”, foi algo fora da nossa realidade, principalmente para os mais jovens, por isso a necessidade e a pertinência da reunião de “conscientização” citada na fala do narrador. Nessa reunião falaram de como deveriam tratar os visitantes e respeitar seu jeito de vestir, entre outras particularidades.

Outro ponto interessante comentado na fala de seu Paulo foi a preparação da Aldeia. Promoveu-se a limpeza da comunidade, as organizações das casas aonde os visitantes iriam dormir e todo o cenário de preparação que envolvia o acolhimento. A Aldeia Kumarumã estava

em festa por receber tantos parentes dos vários cantos do Brasil. A “Casa de Festa” apresentada na Figura 02 estava cheia e certamente a comunidade nunca tinha visto tantos indígenas juntos. Era nesse local onde costumava-se realizar todos os anos as “Festas dos Padroeiros” de tradição católica da comunidade. Hoje, esse espaço de reunião é chamado de “centro comunitário” e acolhe as diversas demandas, sobretudo, da política indígena da Aldeia.

Figura 2: “Casa de Festa” da Aldeia Kumarumã



Fonte: Jornal Mensageiro nº 20 de 1983, p.03. Centro comunitário da Aldeia Kumarumã, local onde foi realizada a Assembleia Indígena Nacional em 1983.

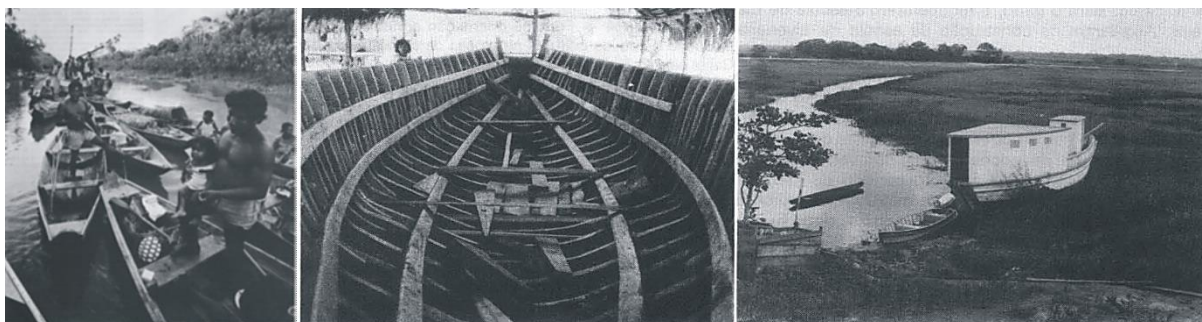
A Aldeia Kumarumã está localizada no alto curso do Rio Uaçá, em área de campos alagados. Antes de morar em uma só comunidade o povo Galibi (Marworno)³ vivia disperso em várias ilhas situadas ao longo do rio Uaçá, conforme esclarece o Trabalho de Conclusão de Curso de Erika Wane Nunes (2018, p.07 e 08):

[...] Dona Conceição dos Santos dizia que a formação da Aldeia Kumarumã é proveniente da concentração de famílias em um só lugar. Explica que o motivo para essa concentração se refere a implantação da “escola”, quando os “mun uaçá” passaram a sair de suas antigas moradas situadas nas ilhas do alto curso do Rio Uaçá e levar seus filhos à escola, recém constituída na Aldeia Kumarumã. Enquanto os pais trabalhavam na roça, os filhos iam estudar na escola e aprendiam a fazer “thavai djitxifam” e “thavai djitxiuom”: “[...] *é lá que as crianças aprendiam a fazer coisas, se é menina fazia trabalho de menina, se é menino fazia trabalho de menino*”. Informa também que a aldeia atual pode ter recebido esse nome “Kumarumã” pelo fato de ter sido um local coberto de mato e denominado na língua como “ahumã”. (NUNES, 2018, p. 07 e 08).

³ O Trabalho de Conclusão de Curso de Erika Wane Nunes (2018) explica que nosso povo conhecido como Galibi Marworno comumente se reconhecia no tempo do SPI como “mun uaçá” ou “gente do Uaçá”. A própria agência indigenista do SPI chamava-nos apenas de “Galibi”. Contudo, com a chegada do povo Gabili Kali’na ou Galibi do Oiapoque na década de 1950 na região de Oiapoque (Brasil), os Galibi do baixo rio Uaçá passaram a ser denominados de “Marworno” para evitar que fossem confundidos com os parentes Kali’na.

Na época dessa Assembleia, o principal produto de venda e comercialização da Aldeia era a “canoa”. Os Galibi Marworno eram até então conhecidos como exímios construtores de canoas dos mais diversos tamanhos. Hoje, sobretudo, são os mais velhos que desenvolvem e executam esse saber e conhecimento, enquanto isso, alguns poucos filhos aprenderam com seus pais a construir nossa tradicional forma de construir a embarcação Galibi Marworno.

Figura 3: Composição de fotos que demonstram a capacidade técnica do povo Galibi na construção de embarcação para a mobilidade e comércio



Fonte: Da direita para a esquerda, foto de Vincent Carelli de 1982, Frederico da Funai de 1979 e Padre Nello de 1980. Disponível em RICARDO, 1983, p.54 e 55.

Hoje a subsistência do povo está ancorada na produção da mandioca e seus derivados que são comercializados tanto no Oiapoque (Brasil) quanto em Saint George (Guiana Francesa) (Figura 03). Apesar de haver momentos em que a economia da farinha de mandioca não está vantajosa, a comunidade ainda continua a produzir tanto para o consumo quanto para o comércio.

2.1 Preparação e organização da “Assembleia Nacional”

No dia 26 de setembro de 1982, a liderança indígena Manoel Felizardo dos Santos do povo Galibi Marworno da Aldeia Kumarumã, escreveu uma Carta (Figura 04), transcrita no Trabalho de Conclusão de Curso de Sinésia Forte dos Santos (2017, p.22 e 23), que foi assinada também pelos parentes Palikur e Karipuna, convidando os líderes indígenas do Brasil para participar da Assembleia Indígena Nacional que ocorreria em sua Aldeia no ano seguinte. Explicou aos interessados que deveriam chegar em Belém até o dia 27 de abril, para que no dia 28 seguissem viagem. A Carta salienta que os líderes não deveriam se preocupar com o custeio da viagem, pois tudo seria por conta da comunidade, desde Belém até a Aldeia Kumarumã. Assim, ressaltou apenas que os parentes trouxessem consigo uma rede e um mosquito.

A resposta da Carta Convite devia ser feita até o dia 15 de fevereiro de 1983 para o seguinte endereço: “Tuxaua Manoel Felizardo Dos Santos, caixa postal 1359-6600 Belém-

Pará.” Assinaram o documento os caciques Paulo Orlando Filho (Aldeia Kumenê), Emílio Leoncio (Aldeia Tawari), Manoel Primo dos Santos (Aldeia Santa Isabel), Avelino Carival dos Santos (Aldeia Espírito Santo), Florêncio dos Santos (Aldeia Manga), Geraldo Lod (respondendo pelo povo indígena do rio Oiapoque) e o anfitrião da Assembleia, Manoel Felizardo dos Santos (Aldeia Kumarumã).

Nos dias 11, 12 e 13 de janeiro de 1983 realizou-se um grande encontro na Aldeia Espírito Santo do povo Karipuna, com a participação das quatro etnias da região de Oiapoque, para debater a Assembleia Nacional dos Povos Indígenas que aconteceria dentro de alguns meses seguintes. Um dos principais assuntos consistia na preparação da Assembleia e a distribuição de tarefas entre os povos da região. Ficou combinado que os indígenas iriam tomar conta de toda a organização e execução, desde o começo até o fim, e que cada povo contribuiria com pesca e caça e “comida abundante” para os convidados.

O povo Galibi Marworno da Aldeia Kumarumã responsabilizou-se por providenciar hospedagem, enquanto isso as mulheres da aldeia cuidariam do preparo da alimentação durante os três dias de Assembleia. Os Karipuna da Aldeia Manga iriam cuidar do transporte, realizado por dois caminhões que buscariam os parentes no aeroporto e os levaria até a sua aldeia, fornecendo almoço aos convidados. No porto do Rio Curipi, na Aldeia Manga, os barcos motorizados aguardavam os convidados que seriam transportados pelos Palikur e pelos Galibi Marworno até a Aldeia Kumarumã.

Alguns representantes do povo Palikur e Karipuna iriam se deslocar a remo semanas antes do início da Assembleia até a comunidade de Kumarumã. A Aldeia de Espírito Santo, situada no Rio Curipi, caminho fluvial para o Kumarumã, ofereceu hospedagem e jantar por uma noite aos parentes visitantes e, conforme destaca a *Jornal Mensageiro* de 1983, um número muito grande de pessoas estavam envolvidas na preparação e organização do que consideravam ser o maior acontecimento de sua história: “Enfim ainda faltam quase três meses mas 2000 índios estão esperando e organizando o maior acontecimento de sua história.” (MENSAGEIRO, n.º 18, 1983, p.02).

É importante destacar que no início da década de 1980 não fazia muito tempo que os povos indígenas de Oiapoque haviam saído da influência de uma política tutelar implantada pelo SPI, assumida posteriormente pela Funai, que não permitia qualquer autonomia e que estabelecia regras e “verdades” ao povo, transmitindo a ideia de que o “mundo do branco” era superior ao vivido nas aldeias. A Assembleia corroborou para desconstruir essa ideia, representa um marco na história regional e um acontecimento especial para os nossos povos. Outrossim,

permitiu que houvesse vozes de liberdade e de pensamento autônomo em meio a uma situação política crítica em nosso país, marcada pela ditadura civil-militar do governo brasileiro.

Em algumas falas registradas durante o encontro de preparação da Assembleia, as palavras de discussão das lideranças remetem-se muito a um sentimento de autonomia que emergiu com propriedade em meados da década de 1970, no contexto de emergência dos movimentos sociais e políticas indígenas. Estas falas destacam um importante tema de preocupação, qual seja, quem deveria ter o direito de falar nesse grande evento. Aqui estão algumas falas em destaque:

A Assembleia é de índio e só quem for índio vai falar (sem autor).

Só índio, não precisa de civilizado para resolver o nosso problema (Abel).

Se a Assembleia é de índio, tem que ser de índio (Tangarrá).

Esta é a Assembleia de índio e tem que estar pronto para receber os irmãos índios (Adriano Amâncio).

(Jornal Mensageiro, n.º 18, 1983, p. 02).

Tais palavras demonstram certa preocupação das lideranças quanto a interferência do mundo não indígena na Assembleia. Em uma fala específica: – “Só índio, não precisa de “civilizado” para resolver nosso problema” – percebe-se a presença marcante da histórica política integracionista do SPI e da Funai que influenciou o imaginário dos povos indígenas com a instituição da concepção de quem é “civilizado” ou não no Brasil. Um dos principais espaços impostos aos povos indígenas através das políticas indigenistas e que corroborou para a inserção de concepções equivocadas como “civilizado” e “não civilizado” foi a escola. Apesar destas imposições, se faz presente nas aldeias a preocupação com nossas tradições e cultura frente ao mundo do “branco”, temos consciência da importância de nossa educação indígena e do necessário controle sobre nossa educação escolar como um elemento de autonomia e desconstrução do pensamento “civilizador”.

Figura 4: Jornal Mensageiro, Edição n.º 18, de 1983, com a Carta Convite para a Assembleia Indígena Nacional

Humaruamã 26 de Setembro de 1982

Caríssimos irmãos com nome do meu povo galibi de Humaruamã eu Manoel Felizardo dos Santos cacique dessa aldeia e mais meus irmãos Patício e Karipunas nós convidamos todos os líderes indígenas do Brasil para participarem em uma assembleia que será realizada aqui em nossa aldeia galibi de Humaruamã, município de Crapáque, na extrema norte do Amapá. E também pedimos aos irmãos interessados que cheguem em Belém no dia 27 de abril à noite que é para viajar no dia 28 pela manhã. Háverá um avião disponível para transportar vocês todos para a cidade de Crapáque. O endereço em Belém é o seguinte: IPAR, Praça Frei Gaspar Bonacorda nº 17 (Praça da St) Fone 222.8557 ou 226.6277.

Relatamos aos nossos irmãos, que não tenham a mínima preocupação que será tudo por conta da nossa comunidade desde Belém, até a aldeia de Humaruamã. E também avisamos aos irmãos que tragam redes e mosquiteiros. Vale ser três dias completos de assembleia sendo que no dia quatro de maio todo mundo estará de volta para Belém.

Inimigos, nós somos quatro povos indígenas com mais de duas mil pessoas só a aldeia só a aldeia de Humaruamã. Tem 250 índios todos esperando por vocês por favor não faltem. Mandem-nos a resposta até o dia 15 de Fevereiro de 83. Para o seguinte endereço:

Juruaçu: Manoel Felizardo dos Santos
Caixa Postal: 1359 - 66000 Belém - Para

Sem mais um cordial abraço de todos nós e pela povo galibi de Humaruamã

Assine Juruaçu Manoel Felizardo dos Santos
Pelo povo Patício Paulo Orlando Filho
cacique da aldeia Patício →

Emílio Leônico, cacique da Aldeia
Tawari

Eu Manoel Primo dos Santos cacique
da comunidade de Santa Izabel respondendo
pelo povo.

Pelo povo Karipuna da aldeia Espirito -
Santo
Juruaçu Avellino Carival dos Santos
Francisco dos Santos pelo povo Karipuna
do município

Pelo povo no Oratório
Geraldo Rod (Caligine)

Figura 5: O caminhão, meio de transporte que conduziu os parentes para Assembleia em 30 de abril de 1983



Fonte: Jornal Mensageiro, nº20, 1983, p.02.

Figura 6: Embarcações responsáveis por transportar os parentes do porto da Aldeia Manga, no Rio Curipi até Aldeia Kumarumã no rio Uaçá



Fonte: Jornal Mensageiro, nº 20, 1983, p. 02.

Para levar os convidados até a comunidade de Kumarumã todos os meios de transportes foram utilizados, como barco, caminhão, canoa e avião da FAB. Os parentes Munduruku viajaram 18 dias até definitivamente chegar em Kumarumã. Nicolau Méo Canoeiro da etnia Rikbaktsa viajou 12 dias de sua aldeia até a aldeia do evento. Muitos foram de avião de Belém (Pará) a Macapá (Amapá), de onde pegaram um caminhão (Figura 05), que os levou até a Aldeia Manga, enfrentando cerca de 600 km de estrada de chão batido, com atoleiros e péssimas condições. Por sinal, quando chegam na Aldeia Manga, depois da viagem exaustiva repleta de muita lama e atoleiros, finalmente puderam se banhar no Rio Curipi e comer alguma refeição que os parentes Karipuna tinham preparado.

Três barcos esperaram os convidados no porto da Aldeia Manga (Figura 06) e seguiram viagem rio Curipi a jusante. Os convidados pararam nas Aldeias Santa Isabel e Espírito Santo para almoçarem que os estava à espera para servir o almoço. E, depois de longos dias de viagem, finalmente chegaram na Aldeia sede do evento.

Na Assembleia havia muita comida, caça de jacaré, peixe e tracajá, além de dois bois disponibilizados para a alimentação de todos (Figura 07). Os Mundurucus expressaram que nunca tinham provado carne de jacaré e que gostaram bastante, os outros parentes comeram tracajá e manifestaram que apreciaram a iguaria regional. A Aldeia se organizou para que todos da comunidade participassem na execução da Assembleia, principalmente no que se refere ao preparo da alimentação dos convidados. Segundo informou o entrevistado Adailson Narciso, a comunidade do Kumarumã é grande e, dessa forma, a divisão da organização alimentar ficou situada por localidade:

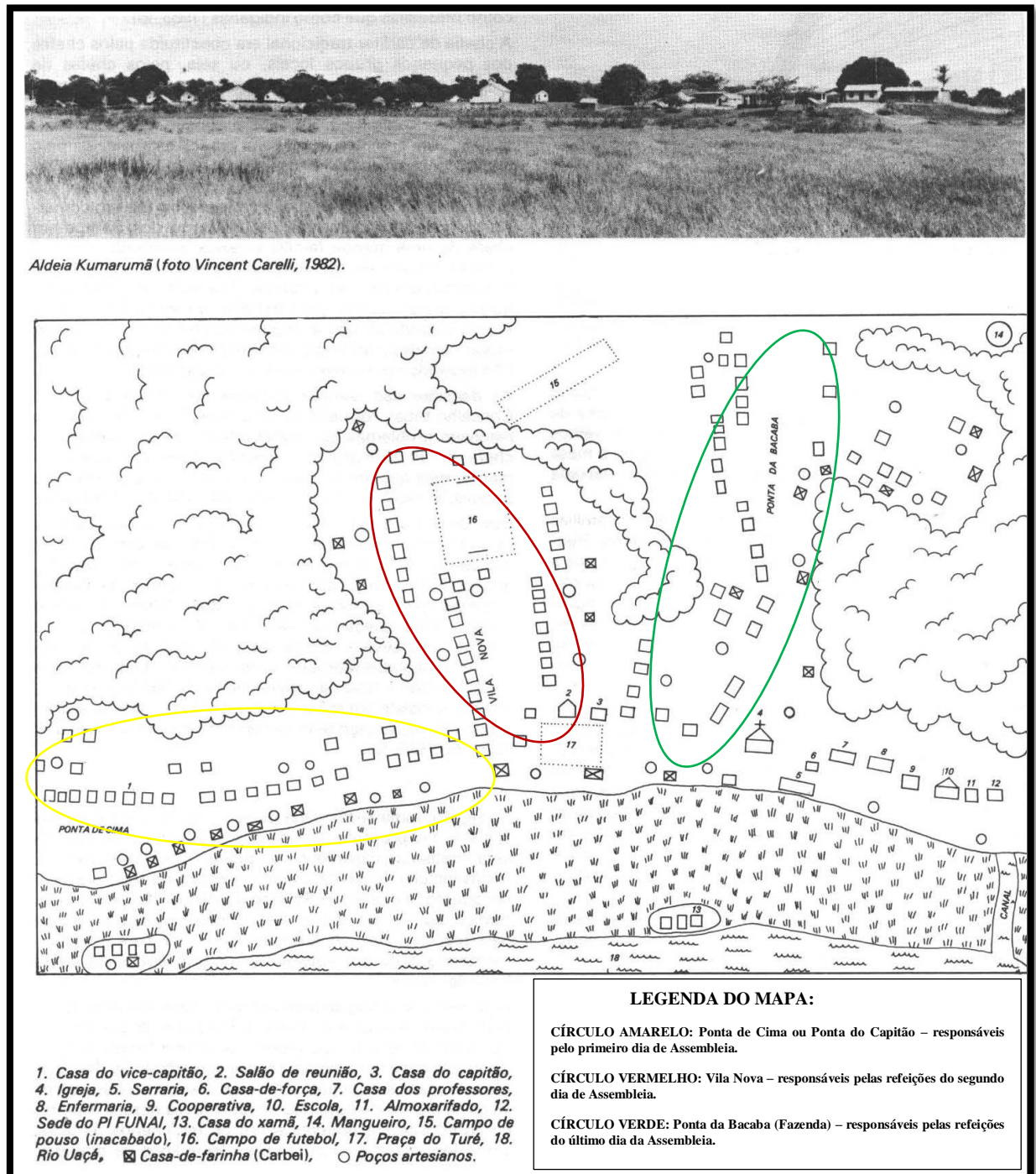
[...] então a Assembleia começou, a comunidade se dividiu em três grupos para fazer a comida durante a Assembleia, primeiro dia que fizeram a comida foi o pessoal daqui da Ponta do Capitão, no segundo dia foi o pessoal da Vila Nova, e lá na época não tinha escola, apenas um campo de futebol, e também não tinha muita casa como agora. Depois no terceiro dia foi o pessoal de lá, começou da casa do seu Bobino até na Fazenda [...]. (Entrevista com Adailson Narciso cedida a Francinei Narciso Correia em 17 de dezembro de 2017, na Aldeia Kumarumã, Terra Indígena Uaçá, município de Oiapoque/AP)

Figura 7: Fartura na alimentação, com muito peixe, jacaré e tracajá



Fonte: Jornal Mensageiro, n.º 20, 1983, p.08.

Figura 8: Mapa e foto da Aldeia Kumarumã



Fonte: Fotografia de Vincent Carelli, 1982 e Mapa disponível em RICARDO, 1983, p.47.

O mapa e foto da Aldeia Kumarumã originalmente apresentados no livro Povos Indígenas no Brasil do ISA (Figura 08) ilustra como foi organizada a divisão de tarefas nos três dias de Assembleia. Cada círculo colorido localiza um grupo responsável em preparar as refeições como café, almoço e jantar. Até hoje essa organização e divisão é utilizada na Aldeia Kumarumã para a realização de eventos, assembleias, fóruns, encontros da juventude e reuniões

de organizações e associações. Cada grupo e localidade sabe de antemão o seu dia de trabalho na preparação da comida, iniciando os afazeres as cinco horas da manhã na cozinha.

Esse modelo de organização é utilizado até os dias de hoje nas Assembleias de Avaliação e nas Assembleias Gerais que são realizadas e preparadas na Aldeia de Kumarumã. Outrossim, essa forma de organização não se limita apenas as Assembleias, tal prática está presente na articulação de fóruns, Assembleias do povo Galibi Marworno, encontros da juventude indígena e reuniões das mulheres.

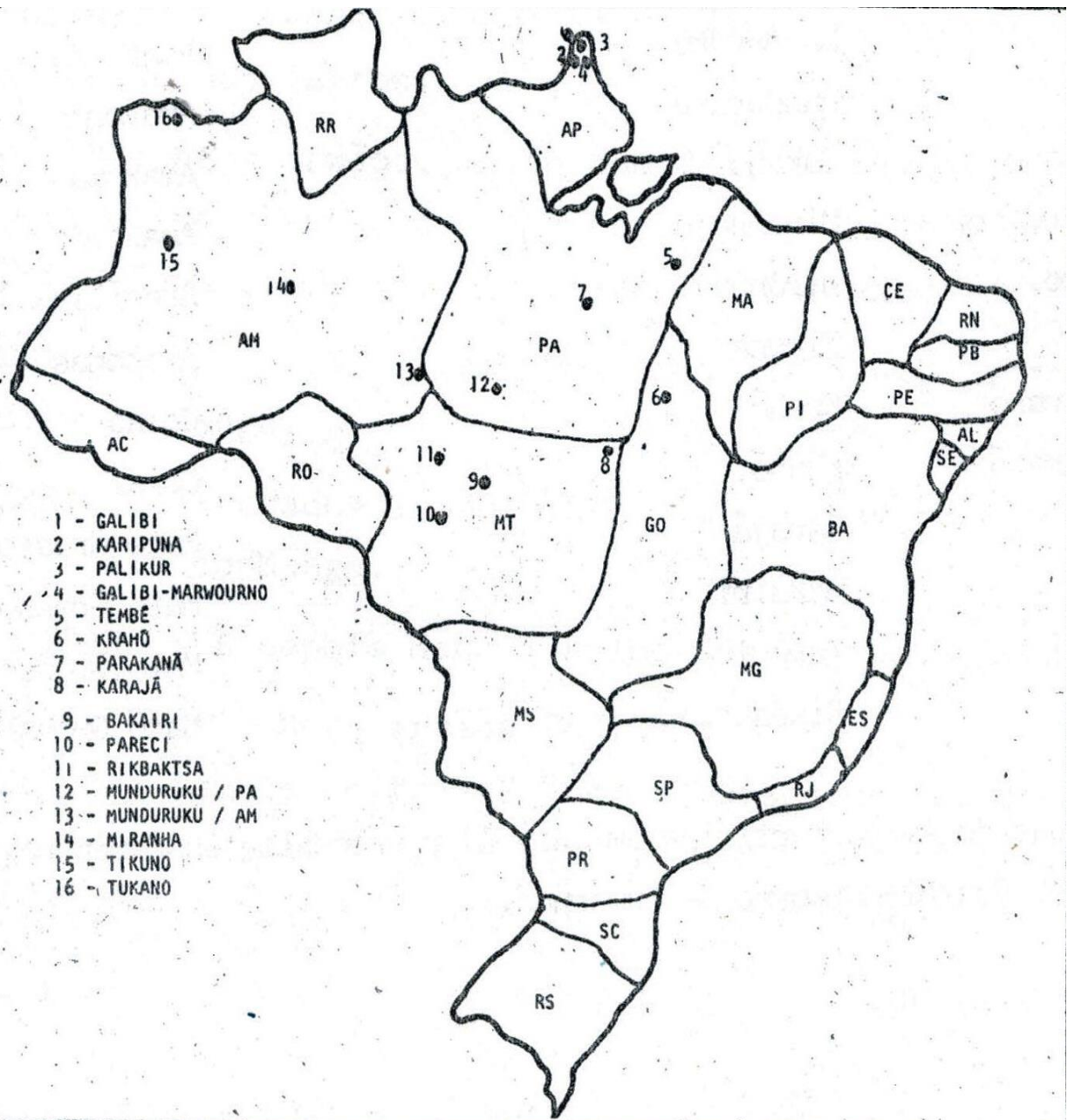
2.2 As discussões centrais da Assembleia: terra, demarcação e movimento indígena

O CIMI, por intermédio da irmã Rebecca, disponibilizou para esta pesquisa o Dossiê da Assembleia Indígena Nacional de 1983, documento transcrito das falas proferidas durante a Assembleia.

A Figura 10 apresenta a localização, região e estado de origem dos participantes do evento, sendo complementada pela Figura 08 que lista os nomes das lideranças indígenas do Amapá e de outros povos presentes. Além destas lideranças, participaram também um número significativo de representantes indígenas do povo Karipuna (33), do povo Palikur (28) e do povo Galibi Marworno da Aldeia Kumarumã (140) e, alguns não indígenas. Como é possível perceber no mapa da Figura 09, não estiveram presentes os representantes indígenas das regiões nordeste, sul e sudeste, possivelmente em virtude da distância e logística exigida para chegar até a comunidade de Kumarumã, pois o Brasil consiste em um país continental (DOSSIÊ, 1983, p.02).

No dia 30 de abril de 1983 iniciou a “Assembleia Nacional dos Povos Indígenas”. A primeira pessoa a se apresentar foi o cacique da Aldeia que estava sediando esse evento, o senhor Manoel Felizardo dos Santos (Figura 11), que proferiu a seguinte fala: “Eu primeiramente, eu sou o cacique daqui dos índios Galibi (Marworno). Eu tô me apresentando primeiro aqui, eu sou o cacique Felizardo dos Santos, e eu quero que cada representante se apresente aqui no microfone [...]” (DOSSIÊ, 1983, p.03).

Figura 9: Mapa de localização dos povos indígenas presentes na Assembleia de 1983



Fonte: Dossiê da Assembleia de 1983 na Aldeia Kumarumã, p.01.

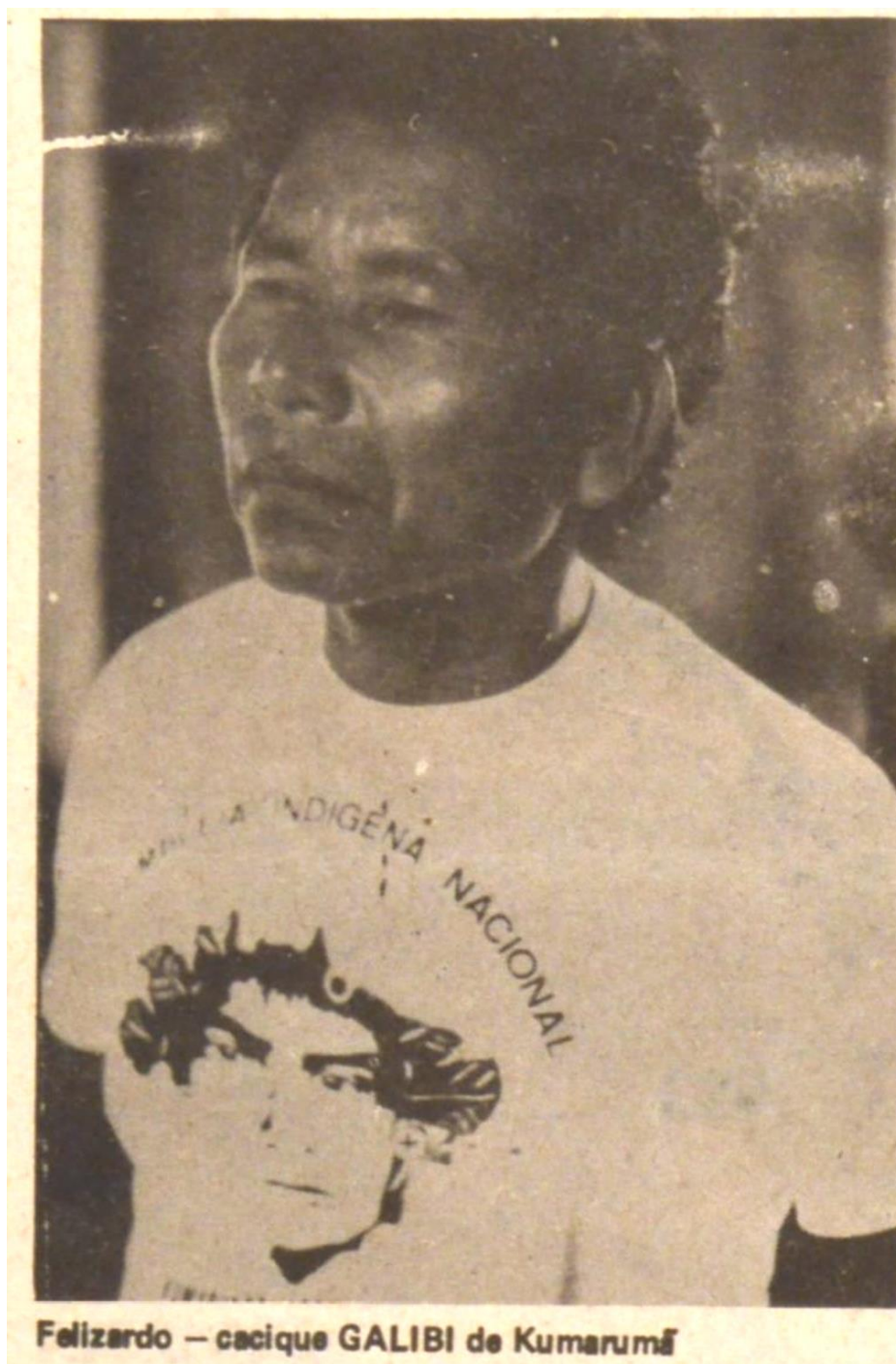
Figura 10: Participantes da região e representante de outros estados presentes na Assembleia de 1983 na aldeia Kumarumã

PARTICIPANTES NA ASSEMBLEIA INDÍGENA NACIONAL		
Manoel Felizardo dos Santos	Galibi-Marworno	Amapá
Henrique dos Santos	Karipuna	Amapá
Ivan e Maurício	Karipuna	Amapá
Manoel Primo dos Santos	Karipuna	Amapá
Avelino dos Santos	Karipuna	Amapá
Manoel Sebastião dos Santos	Karipuna	Amapá
Paulo Orlando Watay	Palikur	Amapá
Emílio Leôncio	Palikur	Amapá
Reis Cedô	Palikur	Amapá
Geraldo Lod	Galibi	Amapá
Venâncio Puxu	Munduruku	Pará
Felix Tauê	Munduruku	Pará
Roberto Crixí	Munduruku	Pará
Siteria	Parakanã	Pará
Djiaua	Parakanã	Pará
Mõtiapeua	Parakanã	Pará
Warirá	Parakanã	Pará
Raimundo dos Santos Tembê	Tembê	Pará
Oscar Oliveira Tembê	Tembê	Pará
Clemente dos Santos Tembê	Tembê	Pará
José Feliz Tembê	Tembê	Pará
Augusto Moreira	Munduruku	Amazonas
Francisco Cardoso	Munduruku	Amazonas
Américo Maranhão Tukano	Tukano	Amazonas
Veridiano Pereira Cordeiro	Miranha	Amazonas
Lino Pereira Cordeiro	Miranha	Amazonas
Paulo Mendes Tikuna	Tikuna	UNI - Brasília
Antonio Calvacante Krahô	Krahô	Amazonas
Valdomiro Silveira Krahô	Krahô	Goias
Carlos Karajã	Karajã	Goias
Juliano Pauaka	Bakairi	Mato Grosso
Daniel Matenho Cabixi	Parêci	Mato Grosso
Nicolau Meô Canoeiro	Rikbaktsa	Mato Grosso

Obs: Além dos tuchauas de Amapá participaram mais 33 representantes Karipuna, 28 Palikur e 140 Galibi-marworno de Kumarumã.

Fonte: Dossiê da Assembleia de 1983 na aldeia Kumarumã, p.02.

Figura 11: Manoel Felizardo dos Santos, cacique da Aldeia Kumarumã



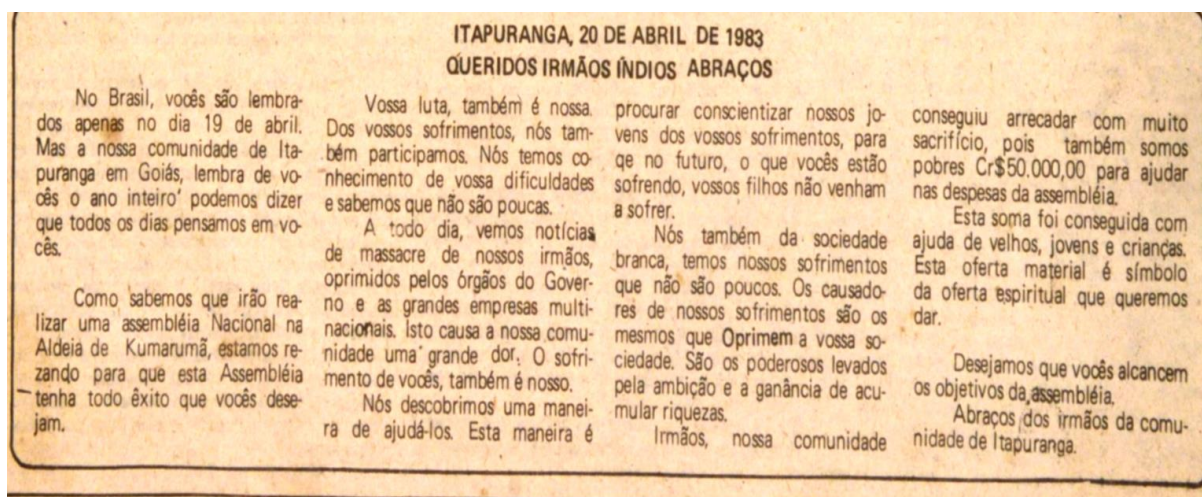
Fonte: Jornal O Mensageiro nº20 de 1983, p.02.

Na sequência, outras lideranças da região se apresentaram também, como Paulo Orlando Filho (Palikur), Emílio Leôncio (Palikur), Avelino Carivaldo (Karipuna), Henrique dos Santos (Karipuna), Manoel Primo dos Santos (Karipuna), Geraldo Lod (Galibi Kalinã). Por fim, Daniel Cabixi (Pareci), que foi convidado para ser assessor do encontro, convidou todos para elegerem

o coordenador dos três dias de reunião, sendo eleito o indígena Lino Miranha que faz parte da União das Nações Indígenas – UNÍ.

Antes de iniciarem os trabalhos do evento, o assessor Daniel Cabixi (Pareci) leu uma Carta dos jovens da comunidade de Itapuranga (Figura 12), Estado de Goiás, que se solidarizavam com as causas indígenas e que mantinham conhecimento dos problemas que nos cercavam.

Figura 12: Carta enviada pelos jovens da comunidade de Itapuranga Estado de Goiás



Fonte: Jornal Mensageiro n.º 20, 1983, p. 08.

Os primeiros representantes a falarem foram as lideranças indígenas da região de Oiapoque, seguidos pelos parentes de fora que se apresentaram informando de onde vieram e, também, das dificuldades para se fazerem presentes nesta Assembleia. Todos ressaltaram a importância de estarem ali compartilhando a dor e o sofrimento que seus povos vivenciam. No Jornal Mensageiro n.º 20 (1983, p.02) está descrito que não tinham o objetivo de “chorar”, mas de “resistir”, “se unir e se organizar juntos aos seus irmãos”. Uma palavra e sentimento expoente e que surge constantemente nos discursos é a “união”, pois os povos ali reunidos estavam cientes de que era necessário unir forças, porque a luta era a mesma e os inimigos também.

Os povos indígenas da região de Oiapoque expuseram suas conquistas, como a demarcação da Terra, bem como as dificuldades que estavam enfrentando com a construção e consolidação da Rodovia Federal BR-156, que atravessa na direção sul-norte uma parcela dos seus territórios. Destacam “[...] que era necessário ficar de olho, pois a demarcação foi uma vitória, mas não aconteceu do dia para a noite, custou muito trabalho” (JORNAL MENSAGEIRO, n.º 20, 1983, p. 03). Sobre a saúde, relataram que as comunidades do Oiapoque

se mobilizavam quando não tinham enfermeiro, conseguindo posteriormente seis destes para atuarem em suas aldeias.

A construção da BR-156 advém de um “impasse” travado entre governo e lideranças em que, infelizmente, os povos indígenas não conseguiram barrar o poder do Estado se impondo. A Rodovia se consolidou como uma “ameaça velada” do governo. Com isso, os povos indígenas de Oiapoque tiveram um grande impacto em sua autonomia política e territorial, explicado na fala da liderança Henrique Karipuna, que relata o cenário de reuniões com o “governador do território”⁴ e com o “delegado da Funai”, para discutir sobre a abertura da estrada no meio da Terra Indígena e, marcadamente, o posicionamento contrário à construção da Rodovia:

Bem meus irmãos, já que nós tamo falando da demarcação das nossas terras, eu também vou fazer uma pequena explicação aqui sobre a nossa reserva que está sendo demarcada, diz que está sendo demarcada, mas eu não acredito ainda, por que não temos documento ainda, bem eu vou explicar um pouquinho como foi que a estrada BR 156 passou na nossa área. Bem, a primeira vez teve uma reunião com todos os índios da aldeia Karipuna, Palikur e Galibi lá no Manga. Veio o governador do território e mais outro pessoal acompanhando eles a fim de resolver e pedir para nós, se nós podíamos deixar a estrada BR – 156 passar dentro da nossa reserva. Bem, aí não concordamos ninguém aceitou [...] aí o governador se aborreceu até com nós, saiu bravo de lá, foi embora e não queria nem almoçar com nós. Aí depois eu o chamei aqui, ele almoçou com nós, acabou de almoçar e foi embora. Bem meus amigos ninguém aceitou né. Bem passou alguns dias, lá vem de novo outra reunião, aí já veio o delegado da Funai, o Dr. Paulo Cesar, outro convite pro pessoal, nós reunimos de novo lá pra debater e ver se a gente deixa passar a estrada dentro da nossa reserva. Bem aí, logo que chegou, falou o Dr. Paulo Cesar que é o delegado da Funai, o que foi que ele falou para nós, aqui todos meus colegas está presente e mais os outros da minha aldeia também estão aqui e que podem confirmar a verdade né, se eu tô mentido ou não. A primeira coisa que ele falou pra nós, ele falou assim: ‘bem eu vi aqui para resolver o problema da estrada, que vocês não aceitaram, [...] vocês vão ganhar muito, se vocês não deixarem vai passar da mesma forma e vocês não vão ganhar nada’. Aí todo mundo ficou calado, eu acho que nós ficamos com medo né. Ninguém respondeu. [...] nós deixamos a estrada a passar [...]. (DOSSIÊ, 1983, p.88).

Depois de todos os trâmites para abertura da estrada, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) avaliou uma indenização de CR\$ 17.500,00 para os cerca de 27 quilômetros de estrada que cortariam a “Reserva Indígena”, segundo esclareceu a liderança Henrique (DOSSIÊ, 1983, p.88). Na ocasião, Henrique perguntou à plenária se essa quantia seria justa ou não. Segundo Ricardo (1983, p.11), o governador do território da época era o senhor Aníbal Barcelos e o advogado da Funai era o senhor Paulo Cesar Abreu. O advogado convocou uma reunião com as lideranças na Aldeia Manga no dia 25 de setembro de 1980. Na ocasião, foi firmado um acordo entre as partes (governo e indígenas), com a assinatura de cinco caciques, do delegado e do advogado da Funai. Em virtude da pressão e, consequente

⁴ O Amapá tornou-se Estado brasileiro na Constituição Federal de 1988, deixando de ser “território federal”.

assinatura desse acordo, a liderança Manoel Floriano Macial sofreu críticas de seu povo por ter cedido às pressões do delegado.

Segundo as lideranças de Oiapoque informaram, a educação melhorou. As comunidades conseguiram educadores bilíngues próprios de sua etnia para atuar nas escolas, sobretudo Karipuna e Galibi Marworno, ao lado de professores não indígenas. Explicaram que o espaço físico onde lecionam foi construído pela própria comunidade e que os professores bilíngues produzem seus materiais didáticos, como cartilhas e textos para a escola. Na época, os professores indígenas eram chamados de monitores e trabalhavam nas séries iniciais e sua formação foi de responsabilidade do CIMI, com o apoio do Padre Nello e da Irmã Rebecca.

Os parentes convidados destacaram em suas falas que a situação dos povos indígenas da região do Oiapoque é privilegiada em comparação a deles. Contudo, ficou claro nas narrativas das lideranças do Oiapoque que nada foi alcançado de graça, advindo de muita luta, encontros e viagens para conquistar as mínimas demandas. Ressaltaram que a luta por melhorias e direitos ainda estava sendo travada, sendo que a Assembleia consistia no momento de articulação para alcançar novas conquistas.

Na Assembleia Daniel Pareci perguntou aos representantes do Uaçá como foi que eles conseguiram a demarcação. Seu Macial explicou que essa conquista foi fruto de várias reuniões, encontros e ajuda de parceiros como o CIMI. Informou que no início da demarcação chegou na região um Major, que ele não recorda o nome, mas que queria demarcar a “Reserva” usando o rio Uaçá como limite. Seu Macial não concordou e falou: “[...] Aí eu fui e briguei com ele lá no porto, eu disse pra ele que nós precisava dessa área e mais ou menos uns cinco quilômetros de margem esquerda [...] vai subindo assim a área toda (DOSSIÊ, 1983, p.76)”. Padre Nello também explica como foi feita essa demarcação e como os indígenas da região confrontaram o governo, não aceitando esses limites:

[...] Eu sei que em 1977 a Plantel tinha ganhado a concorrência para a demarcação da terra, mas não demarcou conforme a vontade dos índios, 5 Km além do rio. A Funai queria colocar os rios como limite porque era fácil fazer demarcação, seu Côco: – Não senhor, 5 km até o lençol –. Lá em Kumarumã: – Não senhor, 5 km até o Marwane, até a BR! –. Aí a Plantel disse: – Não vamos fazer isso! – Então pode voltar para casa!. Lá na Aldeia Kumarumã despediu o pessoal, aí o Vassores da Funai disse: – Não, faça como os índios querem! E foi a grande festa e vitória. A terra já foi demarcada Galibi e Uaçá em 1977. Uma das primeiras terras no Brasil. Primeira vitória grande dos índios aqui da área. Não é só os Galibi-Marworno, todo mundo participou, todo o índio participou da demarcação da terra! Era os índios que iam lá no mato, trabalhava de graça. (Entrevista com Padre Nello Ruffaldi, cedida a Francinei Narciso Correia no dia 1 de março de 2018, na cidade de Oiapoque/AP).

Padre Nello foi um grande articulador junto às lideranças visando à preservação da cultura e, principalmente, a garantia da terra tradicionalmente ocupada pelos povos de indígenas de Oiapoque. Em uma Assembleia realizada nos dias 16 e 17 de agosto de 1980, os Galibi de

Uaçá se manifestaram frontalmente contra o novo traçado da estrada e decidiram patrulhar a área para impedir o prosseguimento das obras (RICARDO, 1983, p. 09). Contudo isso, o Padre Nello enquanto coordenador do CIMI Norte II, foi ameaçado de expulsão do país e acusado de “insuflar os indígenas”. O Procurador da República em Macapá, o Dr. Caetano Amico, foi até o Bispo na Prelazia Dom José Maritano e exigiu a transferência de Nello, e, caso o Bispo não atendesse a essa exigência, o Procurador entraria com processo de expulsão contra o Padre.

Figura 13: Daniel Cabixi (Pareci), assessor da Assembleia



Fonte: JORNAL MENSAGEIRO, n.º 20, 1983, p. 04.

Daniel Cabixi (Pareci), assessor da Assembleia (Figura 13),⁵ notou – assim como outras lideranças – que havia muitos jovens na plenária e exclamou: “[...] essa juventude aí é que vai salvar o futuro do índio” e, que, se “[...] esta juventude de agora não se libertar, não se interessar pelos problemas da comunidade, só posso dizer para vocês que a comunidade está sujeita á sofrer cada vez mais.” (JORNAL MENSAGEIRO, n.º 20, 1983, p.11). Em sua fala transparece o apelo à participação mais ativa da juventude. Depreende-se que os jovens são concebidos

⁵ Daniel Matenho Cabixi “[...] foi um dos pioneiros na mobilização de lideranças para realizações das assembleias de chefes indígenas. É lembrado como uma das lideranças de fundamental importância na organização do movimento indígena e na visibilidade do indigenismo para a sociedade nacional. Defendia bravamente que o Brasil é um país onde se vive povos diferenciados, com suas especificidades e características próprias, com línguas, crenças, culturas, saberes e tradições milenares, que clama pelo direito de ser diferente habitando seus territórios tradicionais [...] Daniel foi órfão de pai, esteve no internato de Utiariti (MT), estudou até a sétima série, esteve no Lar do Menor em Diamantino. Voltou em 1972 para o convívio com seu povo, articulando a luta com apoio da Missão Anchieta e da Operação Anchieta. Destacava-se como uma das principais lideranças na defesa dos direitos dos Povos Indígenas e na organização do movimento indígena, participando diretamente nas lutas por direitos. [...]” (Site do CIMI. Disponível em: www.cimi.org.br. Acesso em: nov.2017).

como o futuro de todos, pois nem sempre os mais velhos estarão à frente para lutar e reivindicar pelos direitos, assim, esse exemplo de movimento indígena está sendo deixando como herança.

Os debates e denúncias sobre os enfrentamentos vivenciados nos territórios indígenas foram compartilhados na plenária, sendo que a discussão circulava acerca das invasões e demarcações de suas “reservas”. Alguns problemas mostravam-se mais brandos enquanto outros extremamente preocupantes.

O vice-cacique da etnia Tembé, Clemente dos Santos Tembé (Figura 14), do Alto Rio Guamá, município de Ourém, estado do Pará, trouxe consigo três companheiros para participarem da Assembleia, Oscar Oliveira Tembé, José Felix Tembé e Raimundo dos Santos Tembé. Ao suscitar a discussão na plenária, confidenciou que em sua região surgiu o boato de que não existem indígenas no Guamá. Confrontando-se com essas inverdades, explicou que há indígenas sim e que ele é prova disso, que estão perdendo suas terras, vindo, dessa forma, buscar apoio e orientação na Assembleia para que possam resolver seus problemas:

[...] lá no Guamá tem muita gente que fala, e acredito que já tenham lido o Jornal dizendo que lá no Guamá não existe índio. Então estou aqui para representar que existe índio Tembé [...] nosso problema lá é muito difícil de resolver pelo menos eu acho que a questão da nossa área, como já vimo no Mensageiro Jornal, que nós estamos perdendo nossa terra, então nós estamos lutando todos juntos pra ver se a gente consegue metade dessa terra. E nós viemos aqui para dar o nosso apelo e a mesmo tempo ganhar uma orientação dos nossos irmãos daqui e de outros lugares por que nossa situação é difícil os brancos lá estão acabando com nós. Nós somos 380 índios [...] se for juntar os brancos da mais de 1 mil [...] a gente não está encontrando recurso para lutar com eles por que não temos apoio da nossa delegacia que se chama Funai [...] nós pedimos o máximo para ele nos ajudar e até hoje tudo negativo [...]. (Dossiê da Assembleia, 1983, p. 19 e 20).

O vice-cacique Clemente Tembé informou que a própria Fundação Nacional do Índio (Funai), órgão indigenista do governo, que deveria apoiar os povos originários, duvidava da existência de indígenas naquela área e afirmava que “se” tivesse índio lá era pouco e, que, estes deveriam provar sua própria existência. Posicionamento absurdo e equivocado por parte dessa instituição. Contudo, os Tembé puderam contar com o apoio do CIMI como testemunha de suas existências e passaram a promover trabalhos na área da educação:

[...] então certo dia apareceu lá um cidadão do CIMI, conversando com a gente pela primeira vez [...] procurando saber como a gente está vivendo [...] e aí nos reclamamos sobre os problemas dos professores que a gente não tinha e falamos que tem muitas criancinhas sem estudar e perguntamos se ele podia nos ajudar [...] quando foi lá na metade do ano apareceu uma professora chamada Noêmia [...]. (Dossiê da Assembleia, 1983, p.20).

Figura 14: Clemente, representante do povo Temb 



Fonte: Jornal Mensageiro, n. 20, 1983, p.12.

O povo Temb  há muito tempo sofre com invasões ao seu território e com o descaso por parte do órgão indigenista, desde os tempos do antigo Serviço de Prote o aos  ndios (SPI):

A Terra Indígena foi invadida por empresários, fazendeiros e posseiros. Houve várias negocia es para retirada dos invasores, mas todas frustradas. Em 1978, a Funai propôs o loteamento de parte da Terra Indígena para os posseiros. Auxiliados pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), da Igreja Católica, os Temb  do rio Guamá fizeram uma reunião com os do Gurupi em 1983, quando fizeram um abaixo-assinado contra a redu o da Terra Indígena. Simultaneamente, foram convidados pela Funai a mudarem-se para o Gurupi. Alguns migraram, mas parte deles retornou depois de serem atacados pela malária e o sarampo. (ISA, Povos Indígenas no Brasil. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Temb >. Acesso em: fev. de 2019).

Figura 15: Povo Munduruku do estado do Pará na Assembleia, representado pelas lideranças Felix, Roberto e Venâncio



Fonte: Jornal Mensageiro, n.º 20, 1983, p.12.

Figura 16: Povo Munduruku do Amazonas representado por Augusto e Francisco



Fonte: Jornal O Mensageiro nº de 1983, p.12.

Na Assembleia estiveram presentes os indígenas Venâncio Puxu, Felix Taué e Roberto Cixi, representando os Munduruku do Pará (Figura 15) e Augusto Moreira e Francisco

Cardoso, representando os Munduruku do Amazonas. Os Munduruku do estado do Pará não estavam satisfeitos com a demarcação de suas terras que vinha sendo realizada por outros Munduruku que estão fora de sua área. Apesar de terem o apoio dos padres Franciscanos, encontravam-se sofrendo com a entrada de garimpeiros em seu território e sem o apoio da Funai.

Os Munduruku do Amazonas (Figura 16) estavam enfrentando a entrada de empresas de petróleo em sua área para fazer pesquisa sem sua permissão. Afirmaram que a Funai autorizou indevidamente a entrada “destes” pesquisadores: “[...] continua atuando sempre dentro da nossa área, não com a autorização nossa, mas sim contratado da Funai que não combina com a gente [...]” (DOSSIÊ, 1983, p.35). A Petrobrás na década de 1980 estava fazendo pesquisas com os Munduruku (AM), então os parentes trouxeram essa preocupação sobre a poluição de seu território e sobre a extinção dos animais em sua “reserva” para discutir na Assembleia:

[...] Nos perguntamos para eles também sobre a poluição se vai abranger dentro da nossa reserva. Eles disseram que não, “por que temos detergente pra combater contra a poluição”. Falamos para eles que não achamos isso certo, não tínhamos combinado com o nosso pessoal lá dentro da reserva. Eles disseram que não precisava que a Funai ia tomar as providências para que não aconteça nada dentro das nossas reservas [...]. Sobre a caça e pesca, falaram que não vai afastar nenhuma dessas alimentações [...]. (Francisco Munduruku, Dossiê, 1983, p.35).

Ficou claro nas palavras dos parentes que a Funai mais uma vez ia de encontro aos interesses dos povos indígenas, demonstrando conduzir contraditoriamente suas ações de apoio, apesar de ser o órgão responsável pela defesa dos povos originários. Na Assembleia houve inúmeras denúncias e reclamações sobre o órgão indigenista, instituição governamental que não estava cumprindo com a sua função.

A Assembleia evidenciou que “grandes projetos da Amazônia” estavam prejudicando os povos indígenas. Vejamos alguns relatos apresentados nos documentos:

Américo Tukano disse que “sua área não está demarcada”. Existe um desrespeito total. Recentemente criaram o município de Jauarete em cima da área indígena. Formaram uma delegação de representantes para falar com o Governador do Amazonas. Pedem recursos para a estadia. “Nós não temos tuxaua, trabalhamos democraticamente.” (Jornal Mensageiro, n.º 20, 1983, p. 05).

“Somos 600 índios Parecí em 22 aldeias. Há uma divisão entre os próprios Parecí. Os inimigos dos índios não são só os fazendeiros, as empresas multinacionais, os missionários que querem acabar com a religião do índio. Dentro da nossa comunidade também temos nossos inimigos que são o nosso egoísmo particular de não querer aceitar o outro. Não adianta o tuxaua lutar fora se não resolver os problemas internos dentro da nossa comunidade”. (Daniel Parecí, Jornal Mensageiro, n.º 20, 1983, p.05).

Os Tikuna estão batalhando para conseguir a demarcação. Tem promessa e estão esperando. Ele fez advertência: “Tem tuxaua pago pelo chefe de Posto e que trabalha contra os interesses da comunidade.” (Paulo Tikuna, Jornal Mensageiro, n.º 20, 1983, p.05).

Figura 17: Povo Tikuna falando para plenária sobre os indígenas que vão contra os interesses de seu povo



Fonte: Jornal Mensageiro, n.º 20, 1983, p 05.

Figura 18: Daniel Pareci falando sobre desunião entre os povos



Fonte: Jornal Mensageiro, n.º 20, 1983, p. 05.

O constante desrespeito pela presença indígena regional, a divisão dos povos indígenas promovida pelos “inimigos” (fazendeiros, empresas multinacionais, missionários, chefes de Posto) e pelas discordâncias internas (“egoísmo”) e a corrupção são fatores negativos que intervêm na luta pela demarcação de terras e pela autonomia e existência dos povos indígenas.

Infelizmente, essa realidade narrada pelos parentes na Assembleia ainda hoje persiste em nossas comunidades (Figura 18).

Na plenária da Assembleia o povo Parakanã do Estado do Pará manifestou estar sofrendo com uma represa (Represa do Tucuruí) em seu território, contudo, esta fala que foi explicada por Daniel Pareci (Figura 18) pois os representantes Seteria, Motiapeua, Djiáua e Warirá do povo Parakanã, (Figura 19) tinham dificuldades em se expressar na língua portuguesa:

“[...] Agora eles estão com graves problemas na área deles por que o governo federal construiu uma grande represa, chamada Tucuruí, essa represa vai invadir uma grande área, uma parte da terra muito grande vai ficar debaixo d’água e esta é a história”. E desde que foram contatados pela Funai, a Funai tem feito deles igual brinquedo. Tira de um lado põe pra outro, tira do outro, põe pra outro, como se fosse um boneco [...]. (Dossiê da Assembleia, 1983, p.38).

Figura 19: Povo Parakanã do Estado do Pará sofrendo com represa do Tucuruí



Fonte: Jornal Mensageiro, n.º 20, 1983, p 05.

Além da Represa do Tucuruí, o povo Parakanã ainda sofreu grandes prejuízos devido a descobertas na região do Marabá de uma grande quantidade de minérios como manganês, ferro, ouro e cassiterita. Com isso, o Governo Federal implantou o conhecido Projeto Carajás para minerar na região dos Parakanã e, também, nas terras de outros povos indígenas, como Gavião, Xikrin e Suruí do estado do Pará. A discussão circulou sobre os impactos dos grandes projetos econômicos em áreas indígenas que poderiam afetar diretamente os povos e causar prejuízos futuros. Na plenária foi discutido sobre duas terras que para o governo tem grande potencial econômico, geração de empregos e renda, uma consiste no território dos Parakanã, com a Represa do Tucuruí e a outra é a terra dos Munduruku que sofria com a invasão da Petrobrás.

Assim, a discussão debatia ações para demarcar as terras indígenas e combater os invasores que, por sinal, tinham grande poder econômico, algo que as populações indígenas não possuem.

No segundo dia da Assembleia as lideranças indígenas se dividiram em grupos para responder algumas questões levantadas e procurar soluções para a proteção de suas terras, organização da comunidade e articulação com entidades apoiadoras. A primeira grande questão discutida foi a “terra” e, sobre ela levantou-se as seguintes perguntas: a) Qual a solução para o problema da terra? e, b) O que faremos para conseguir a terra?

Nessa Assembleia percebeu-se a urgência na obtenção do documento de posse das “Reservas Indígenas”. A preocupação era a de que os não indígenas não avançassem sobre os territórios dos povos, pois, uma vez que conseguissem entrar, seria muito difícil tirá-los, principalmente se houvesse empresas, madeireiras ou multinacionais na articulação das invasões. As lideranças estavam cientes dos seus direitos à terra e, mais ainda, de que poderiam perdê-los. Com tudo isso, a discussão sobre “como garantir a posse permanente da terra” foi o assunto mais discutido. Surgiram muitas ideias na plenária. Muitos parentes falaram que é preciso ter segurança na posse das terras, que o governo tem que reconhecer os indígenas como verdadeiros donos da terra. Muitos ali disseram que é preciso ter ajuda dos não indígenas para conseguir a demarcação e homologação de seus territórios.

Nessa Assembleia as lideranças afirmaram a importância da articulação das parcerias com os não indígenas, pois estes possuem certo poder, instrumentos e conhecimentos para ajudar os povos indígenas nas questões dos territórios. O CIMI é um exemplo de parceria, levando informações, organizando e fazendo documentos. Este órgão indigenista foi e ainda é um interlocutor muito importante, levando e trazendo resultados das Assembleias para os outros parentes. O CIMI ajudou a compartilhar com os parentes o que foi discutido, decidido e as propostas de resoluções, promoveu o intercâmbio entre os povos indígenas que, nem sempre, estavam conectados com o que está acontecendo e ajudou na comunicação com as comunidades mais distantes dos grandes centros de informação.

Foi através do CIMI que tivemos muitos avanços em busca da regularização da posse das terras indígenas. Na plenária um dos grupos formados para a discussão destacou que os povos indígenas precisavam agir e pedir um documento, com o título de posse da terra assinado pelo Presidente da República. Outrossim, o grupo de discussão destacou que a garantia da terra tem que vir dos próprios indígenas e, que, para assegurar a terra, é preciso levar informações para todas as “tribos” sobre o conteúdo debatido pelas lideranças nas Assembleias:

Teve duas maneiras de entender a palavra documento.

A – Cópia do decreto do Presidente da República sobre a criação de uma reserva indígena.

B – Título da posse da terra, como fazendeiro e lavrador tem.

O grupo n.º 04 falou no primeiro sentido.

“Partindo do Estatuto do Índio, lei 6.001, Documento é o decreto Presidente da República decretando uma área reserva indígena. É preciso adquirir a cópia deste decreto na Ajudância da Funai, ou até na Presidência. É bom pegar o decreto e o mapa da demarcação. O pessoal do CIMI pode orientar para adquirir esse documento.” (Daniel Pareci, *Jornal Mensageiro*, n.º 20, 1983, p.05).

As comunidades indígenas grandemente não tinham conhecimento de que precisavam ter um documento que provasse que aquelas terras onde seus ancestrais viveram e morreram eram suas. Por falta dessa informação e documentação, muitos posseiros e grileiros se aproveitaram para invadir algumas áreas indígenas, forjando documentos para tomar as terras. Na Assembleia as discussões ressaltaram que as comunidades indígenas deveriam pressionar o governo para conseguir documentos necessários à expedição do título de posse para os povos indígenas, mas que, para isso, seria preciso ter organização e união de todas as comunidades. Assim, surgiu a ideia, proposta pelo Grupo 01 de discussão, de enviar um documento ao Presidente da República, a partir de uma comissão de caciques que iria até Brasília:

“Nesta assembléia devemos preparar um documento para pedido de nossas terras. Não mandar o documento porque os grandes podem engavetar, mas sim entregar de mãos próprias para o Presidente”. (Paulo Palikur).

“Podemos conseguir terra através de documento enviado ao Presidente da Funai. Documento feito em reuniões nacionais”. (Emílio Leôncio Palikur).

“Lutar através de um trabalho organizado através de um documento feito pelos caciques que estão participando da assembleia”. (Clemente Tembê).

(*Jornal Mensageiro*, n.º 20, 1983, p.07).

Com organização política e apoio dos parceiros, os povos indígenas estão utilizando as estratégias dos não índios na promoção de ações no âmbito do reconhecimento e “legalização” de suas terras e territórios. Por muito tempo a sociedade regional (brasileira) não indígena, com maior poder político e burocrático que nós povos originários, utiliza do discurso da legalidade para respaldar a usurpação de nossas terras, isso quando não recorre à força e à violência. Assim, a partir da experiência vivenciada pelas lideranças no movimento indígena, os representantes presentes na Assembleia decidiram enviar e entregar um documento com suas reivindicações, citando o Estatuto do Índio para dar maior respaldo ao documento, através de uma comissão de caciques constituída para encontrar o Presidente da Funai em Brasília:

“É preciso organizar um conselho para seguir até o presidente da Funai, a fim de exigir mesmo a demarcação a terra”. (Sugestão do Segundo Grupo de discussão da Assembleia, *Jornal Mensageiro*, n.º 20, 1983, p.07).

“Devem-se orientar bem as equipes para não falarem bobagens e complicar outros. Falar de acordo como foi recebido. Não enganar com presentes e deixar de resolver o que interessa.” (Sugestão do Segundo Grupo de discussão da Assembleia, *Jornal Mensageiro*, n.º 20, 1983, p.07).

A instituição da Comissão de lideranças para ir a Brasília foi discutida no terceiro dia da Assembleia e, nessa ocasião, foi lembrado que o dia 19 de Dezembro marcava o décimo ano de aprovação da Lei 6.001, Estatuto do Índio. O Estatuto de 1973 afirmava que no prazo de cinco anos ocorreria a demarcação de todas as “Reservas Indígenas”, contudo, essa lei não foi cumprida. Veridiano Miranha, representante da UNÍ na Assembleia, recomendou que a Comissão que vai à Brasília não se encontrasse somente com o Presidente da Funai, mas também com o Ministro do Interior (MINTER) e outras autoridades. Na ocasião, Veridiano informou que em fevereiro de 1983 havia saído a Lei n.º 88.118 que retira da Funai o direito de decidir sobre as áreas indígenas e, que, tal situação demonstrava nitidamente que a Funai estava perdendo sua força de atuação, sendo necessário recorrer e pressionar outros órgãos de poder da época.

A segunda pergunta: “Nossa comunidade está organizada para exigir os nossos direitos?”, foi feita aos grupos de trabalho da Assembleia para a resolução de ações e caminhos da “comunidade” na defesa de seus direitos. O povo Galibi Marworno, que faz parte do Quarto Grupo, comparou uma comunidade organizada à um barco e a uma casa, onde se faz necessário ter tudo em ordem para seguir viagem e se acomodar. O povo Munduruku afirmou que ainda não estavam organizados como os povos indígenas de Oiapoque e que a Funai não lhes dá assistência. Em contrapartida, os Karipuna da Aldeia Manga pertencentes ao Terceiro Grupo informaram que de todo não estavam organizados internamente. O povo Krahô expôs que sua comunidade estava organizada e que seu cacique sempre escutava seus conselheiros para resolver questões da comunidade.

Nesse grande encontro debateram-se a atuação das organizações internas de cada povo, ficando evidente na fala das lideranças que alguns povos estavam mais organizados que outros. Em relação a organização interna dos povos de Oiapoque, os Galibi Marworno mostraram-se bem-dispostos e organizados e que isso os motivou a protagonizar a conquista da demarcação da Terra Indígena Uaçá. O povo Galibi estava sofrendo com invasões e por isso a urgência na demarcação: “[...] os Galibis tomaram a frente na luta pela demarcação, uma vez que sua área de ocupação era a que mais sofria os efeitos da pesca predatória dos invasores” (RICARDO, 1983, p. 09).

Segundo informou o *Jornal Mensageiro*, apenas dois grupos conseguiram debater sobre o apoio das entidades. O povo Palikur informou conhecer apenas duas entidades, a Funai e o

CIMI, sendo que conheceram na Assembleia a UNÍ (União das Nações Indígenas) e que alguns presentes na plenária não sabem o que é essa entidade e nem o que fazem. Dessa forma, Veridiano Miranha explicou o que o significado da UNÍ como um espaço para dar voz ao índio e, com isso, uma instituição de representação em Brasília. Na ocasião, Veridiano se apresentou como representante dessa nova entidade e falou da Lei 88.188, de 23 de fevereiro de 1983, que retira todo o poder da Funai no que se refere a demarcação das terras indígenas. (DOSSIÊ, 1983, p. 121).

Na Assembleia ficou evidente nas falas dos parentes o descontentamento com a Funai que, apesar de se apresentar como um dos principais órgãos indigenistas brasileiros, em muitos momentos se manifesta negligente em suas responsabilidades com os povos indígenas. No contexto das políticas indigenistas brasileiras, a Funai deveria ser um dos principais espaços para articulação e promoção de demarcação das terras indígenas, além de suas responsabilidades nas áreas da saúde e educação. Reconheceu-se que o CIMI, apesar do singular papel exercido no contexto da política indigenista, não consegue ajudar alguns povos indígenas. O Brasil é um país continental e, nem sempre, o CIMI pôde atender a todos, contudo, percebe-se que houve um movimento deste órgão para alcançar os povos originários em todas regiões do Brasil.

2.2.1 “A palavra das mulheres índias” na Assembleia

O Jornal Mensageiro dedicou algumas páginas sob o título “A palavra das mulheres índias” para ressaltar a importância feminina na Assembleia (JORNAL MENSAGEIRO, n.º 20, 1983, p.10).

O papel das mulheres indígenas na Assembleia de Kumarumã foi fundamental, estando elas presentes em todas as etapas da organização. Além de contribuir para a realização da Assembleia, em todos os seus âmbitos, as mulheres expressaram suas opiniões na plenária, como Casaria do povo Galibi Marworno: “[...] ficamos triste ao ouvir falar do sofrimento de nossos irmãos. Nós aqui temos nossa terra demarcada [...]” (JORNAL MENSAGEIRO, n.º 20, 1983, p.10). As mulheres indígenas de Kumarumã estavam cientes dos problemas enfrentados pelos parentes de outras regiões, mesmo não participando de muitas reuniões e viagens feitas pelos homens. Na Assembleia, por mais singela que pareça ser a participação feminina, elas estavam atentas em tudo e em todos os temas debatidos, estavam solidárias aos sofrimentos dos parentes, conforme expressa a fala de Graziela do povo Galibi Marworno:

“Fiquei tão contente em receber meus irmãos aqui em minha aldeia. Nós matamos boi e porco para eles comerem. Estamos satisfeitos. Nós vamos lutar juntos para nossa terra, e lá em suas terras estão sofrendo, tem gente tomando suas terras, estão matando

eles, cortando suas matas e roubando suas madeiras [...]” (Jornal Mensageiro n.º 20, 1983, p.10).

Nos últimos anos a protagonismo das mulheres indígenas aumentou progressivamente no movimento indígena, nas políticas internas e externas dos povos. Hoje, na região de Oiapoque, temos mulheres que são líderes de suas comunidades e que viajam para fora da aldeia para defender os direitos de seus povos. Atualmente, não há uma só Assembleia em que as mulheres não estejam presentes na organização, na coordenação ou no assessoramento. Porém, no passado, a presença feminina na política indígena era tímida, apesar das mulheres estarem sempre observando e ouvindo as discussões que se apresentavam.

Figura 20: Jovens professoras indígenas (monitoras)



Fonte: Jornal Mensageiro n.º 20, 1983, p.08.

Na Assembleia estavam presentes algumas monitoras indígenas das primeiras turmas de formação de professores do CIMI, e isso foi um passo muito significativo para as mulheres indígenas. Agora elas estavam responsáveis pela Educação Escolar Indígena de seu povo e, tudo isso, é resultado das iniciativas bem-sucedidas da atuação do Padre Nello e da irmã Rebecca.

Na Assembleia estavam presentes e atentas a tudo o que estava acontecendo na reunião as jovens professoras (monitoras) Crisiana Nunes dos Santos, Cleide Narciso, Claudete

Malaquias e Ivanilda (Figura 20). A presença dessas mulheres não passou despercebida pela liderança Daniel Pareci, pois elas também se manifestaram:

“Bom dia meus irmãos, o meu nome é Claudete Malaquias de Lekol Kheuól, ano passado eu ensinei no 2º ano, esse ano tou ensinando o 1º ano. Eu tou ensinando com minha boa vontade. Tudo isso é a conta do Pe. Nello e a irmã Rebeca e a comunidade também deu uma ajuda, é só, muito obrigada.” (DOSSIÊ, 1983, p.58).

Para evidenciar a grande importância que as mulheres indígenas estavam ganhando, na década de 1980 foi desenvolvido junto com a irmã Rebeca alguns cursos solicitados pelas mulheres, como de corte e costura, pintura em tecidos, entre outros. As mulheres indígenas e a irmã Rebeca realizaram reuniões “[...] Durante esses encontros as mulheres sempre conversavam sobre seus problemas familiares e trabalhos do cotidiano, tanto referentes as roças quanto as suas casas, neste momento as mulheres trocavam ideias sobre as dificuldades enfrentadas por elas.” (FORTE DOS SANTOS, 2017, p. 30). Aos poucos elas ganharam seu espaço e, com o tempo, começaram a se articular e criaram a Associação das Mulheres em Mutirão (AMIM/AP).

A partir de então, foram acontecendo outros encontros com as mulheres, como o papel da mulher na sociedade, estudos religiosos e sociais. Assim começou a organização das mulheres. Naquela época os encontros eram chamados de *fam* que *fam*, que na tradução para o português significa “mulher com mulher”. A cada fase os encontros foram se tornando importantes para as mulheres indígenas, pois, foi através desses encontros que as mulheres ganharam espaço em suas sociedades. E quando as mulheres já estavam bem preparadas, surgiu a ideia de fundar uma associação de mulheres indígenas, na qual tiveram apoio da missionária irmã Rebeca. A irmã resolveu unir as mulheres para discutir sobre a criação de uma associação, pois as mesmas se reuniram e conversaram sobre a possibilidade de criação. Dessa conversa surgiu a ideia de realizar uma Assembleia Geral de mulheres que acabou acontecendo na cidade de Oiapoque, no salão paroquial. Nesta oportunidade participaram 29 mulheres indígenas das quatro etnias. E nos dias 5, 6 e 7 de maio de 2006 fundaram a Associação de Mulheres em Mutirão (AMIM). (FORTE DOS SANTOS, 2017, p. 30).

Figura 21: Mulheres na Assembleia



Fonte: Jornal Mensageiro, n.º 20, 1983, p.10.

Em sua entrevista, o Padre Nello destacou o papel feminino na Assembleia e, sobretudo, no movimento indígena. Esclareceu que as mulheres indígenas não ficavam alheias a atuação das lideranças, mas que de forma discreta e muitas vezes imperceptível, apoiavam os homens que comumente tomavam à frente na articulação política:

“[...] parece secundário, mas elas estavam atrás cutucando os homens dizendo o que que tinha que falar, então o papel da mulher nas Assembleias foi essencial. Mais tarde elas começaram a falar diretamente, mas mesmo antigamente elas não estavam aí só olhando, ela participava, não na frente, mas por trás era ela.” (Entrevista com Padre Nello Ruffaldi, cedida a Francinei Narciso Correia no dia 1 de março de 2018, na cidade de Oiapoque/AP).

A irmã Rebeca em sua entrevista faz a mesma observação que o Padre Nello quando destaca que as mulheres presentes na Assembleia, mesmo que imperceptíveis, influenciavam no que os homens ali iriam falar. Ressalta que hoje as mulheres indígenas estão no mesmo nível de decisão que os homens, estando à frente de suas comunidades como lideranças importantes:

Hoje em dia me dá a impressão pelo menos que é igual, todo mundo senta, todo mundo fala, quando tem vontade de falar. Ou dada à palavra, fala. Mas nas primeiras Assembleias que eu assisti pelo menos, mesmo naquela de 83, dentro da sala era todos homens, eu não me lembro se se tinha uma sequer mulher com crachá. Eu estava lá como escrivão. Quem falava era mesmo os homens, bem, nós do CIMI não falava mesmo e, nem os homens do CIMI falavam. A palavra era só dos índios. Mas nas Assembleias, outras que não eram nacionais, eram locais mesmo, mesmo em reunião da comunidade, que minha experiência diz, os homens sentam de um lado e as mulheres de outro, quem falavam era os homens, mas havia uma comunicação o tempo todo entre si, assim, com os olhares e tudo. Quando os homens não estavam

pegando os sinais. Ele vinha, cochichava e depois voltava. Então, eu observei muito isso na minha convivência com vocês. As mulheres tem muita influência, sempre tiveram, só não falava no meio, mas tinha muita influência. Hoje em dia, como eu digo, já passou muito... aliás, começamos cursos para mulheres e Assembleia de mulheres também. Então hoje em dia vejo muito mais homens e mulheres parceiros, e mulheres caciques e assumindo papel de lideranças importantes entre vocês, como na Funai. Então, eu acho é... cresceu essa participação, antes parecia limitado. E era limitado em sua expressão, mas não na influência porque para mim, eu observo é que as mulheres sempre tiveram forte influência no processo do povo de Oiapoque. (Entrevista com a irmã Rebeca Spires, cedida a Francinei Narciso Correia no dia 25 de março de 2018, na cidade de Oiapoque/AP).

O destaque narrativo da Irmã, onde os homens prestavam atenção e se comunicavam inclusive através do olhar com as mulheres, ressalta a comunicação silenciosa que se desenvolvia entre homens e mulheres na Assembleia: “[...] os homens sentam de um lado e as mulheres de outro, quem falavam era os homens, mas havia uma comunicação o tempo todo entre si, assim, com os olhares e tudo. Quando os homens não estavam pegando os sinais. Ele vinha, cochichava e depois voltava”. A presença “silenciosa” das mulheres nos encontros, nas Assembleias e nas reuniões refere-se a uma forma singular e própria de acompanhar e, quando possível, em troca de olhares e cochichos, aconselhar os homens nas discussões políticas entre si. Essa temática da influência das mulheres na organização política dos povos indígenas de Oiapoque consiste em um tema emergente é muito pertinente para futuras pesquisas.

3 OS RESULTADOS DA ASSEMBLEIA E AS DESPEDIDAS

A Assembleia Nacional dos Povos Indígenas produziu uma Carta Final para ser entregue ao então presidente da Funai, Coronel Paulo Moreira Leal. Esse documento destaca duas denúncias sobre a atuação do órgão junto aos povos indígenas de Oiapoque (AP) e Munduruku (PA). A mesma Carta apresenta exigências e resoluções sobre a análise dos problemas discutidos e enfrentados pelos povos indígenas, e um deles é a questão da “Fazenda de búfalo” que era mantida pela FAB ou “Exército Brasileiro” no alto Rio Uaçá.

A Carta solicita um comprometimento maior por parte Funai no atendimento as necessidades. Os povos indígenas de Oiapoque exigem que se crie um Posto de Saúde para atendê-los na cidade e, principalmente, que o órgão regularize e demarque as terras indígenas de parentes de outras regiões. Na Carta as lideranças repudiaram algumas ações (políticas e econômicas) do governo que estão prejudicando as terras e os grupo étnicos que vivem nelas, como o Grande Projeto Carajás (PGC), que vem à devastar grandes áreas de florestas.⁶

A seguir, apresento a transcrição da Carta Final redigida pela Assembleia Indígena de Kumarumã/AP, para ser entregue ao Presidente da Funai, pela Comissão de lideranças em Brasília:

CARTA AO PRESIDENTE DA FUNAI

Ao Senhor

Cel. Paulo Moreira Leal

Presidente da Funai

Os índios na ASSEMBLEIA INDÍGENA DE KUMARUMÃ/AP, reunidos durante os dias 30 de abril a 1 e 2 de maio de 1983, na vila de Kumarumã, na região do Oiapoque, Território Federal do Amapá, os representantes das comunidades indígenas dos Galibi, Karipuna, Palikur (AP); Bakairi, Carajá, Paresi, Rikbaktsa (MT); Tembé, Parakanã, Munduruku, Tukano, Tikuna e Miranha (AM), ao final de nossas discussões e resoluções, dirigimo-nos ao Senhor Presidente da Funai, para levar ao seu conhecimento os principais problemas que hora enfrentamos.

Denúncias.

Esta Assembleia denuncia os seguintes fatos:

1. As atitudes perpetradas pelo responsável do encruzo dos rios Curipi e Uaçá, pois, o mesmo vem vendendo para fora produtos de caça e pesca que são importantes bases alimentar aos indígenas que moram nesta área;

⁶ “O Projeto Carajás, oficialmente conhecido como Programa Grande Carajás (PGC), foi um projeto de exploração mineral, implantado entre 1979 e 1986, na mais rica área mineral do planeta. Estendendo-se por 900 mil km², numa área que correspondente a um décimo do território brasileiro, cortada pelos rios Xingu, Tocantins e Araguaia, englobando terras do sudoeste do Pará, norte de Tocantins e oeste do Maranhão. Foi criado pela então empresa estatal brasileira Companhia Vale do Rio Doce, durante o governo Figueiredo.” (Disponível em: <http://historiacsd.blogspot.com/2011/06/projeto-carajas.html>. Acesso em: jul. 2019).

2. As invasões de garimpeiros nas áreas dos Mundurucus (PA).

Após os estudos dos diversos problemas, fazemos as seguintes exigências.

Exigências.

1. Que se defina e se leve ao conhecimento das comunidades indígenas o resultado da questão da fazenda de búfalos que pertencia à FAB, pois, temos a informação de que foi anexada a área indígena;
2. Que os funcionários da Funai, trabalhem em conjunto com os índios desenvolvendo um trabalho de acordo com as necessidades das comunidades;
3. Que, na falta de atendentes e professores de fora, a Funai contrate indígenas que estão em condições de assumir esses cargos;
4. Que seja construído uma casa do índio na cidade de Oiapoque, para atendimento dos que lá vão a tratamento de saúde ou a serviço das comunidades
5. Que sejam fornecidos às atendências de saúde, medicamentos em quantidades suficientes para atender às necessidades, pois existem locais em que faltam materiais para curativos e outros de uso constante;
6. Que se dê condições suficientes ao Chefe do Posto Indígena Manga, para que ele possa dar a devida assistência às comunidades sob sua jurisdição;
7. Que a Funai reconheça os Tembê do Guamá como povo índio;
8. Que a Funai regularize e demarque as terras indígenas Bakairi, Tukano, Tikina e Munduruku dos Estados do Amazonas, Pará e Mato Grosso;
9. Que se faça a demarcação das terras indígenas Parakanã, pois os mesmos, estão servindo de joguete dos interesses das grandes empresas. Devido o seu grau de contato e a sua inocência, estão sendo usados, através da aplicação de uma enorme verba para a destruição dos mesmos;
10. Que o Senhor Presidente de atenção para os índios do Alto Javari que se encontram nas piores das situações e estão sendo explorados pelos madeireiros e pescadores. Há alguém, vendendo as terras do Mayoruna, Marubo, Matais e Cabamari, conhecido como "Luzeiro", que mora em Atalaia do Norte;
11. Que se faça alguma coisa em defesa dos povos Yanomami, como a retirada dos garimpeiros e que seja decretada a oficialização do Parque Yanomami;
12. Que o Presidente da Funai e o Governo Brasileiro respeite e reconheça os Waimiri-Atroari como povo. Como se não bastasse os insultos com mineradoras, estradas, chega ainda, a inundações pela barragem de Balbina e a redução da área. Que então se faça a demarcação oficial e definitiva de seu Território tradicional.

Repudio

Queremos também, nesta oportunidade, repudiarmos:

1. A prospecção petrolífera na área Munduruku do Estado Amazonas;
2. O que vem sendo praticado contra os povos Gaviões, Xikrin, Parakanã e outros, afetados pelo projeto Grande Carajás;
3. Em nome de todos os povos indígenas do Brasil, o decreto lei no, 88.118, de 23 de fevereiro de 1983, que vem prejudicar frontalmente os nossos interesses, pois, nos impedem de participar de decisões que dizem respeito às nossas terras.

Essas são as justas reivindicações que esta ASSEMBLEIA DE POVOS INDÍGENAS realizada na Aldeia de Kumarumã/AP, achou por bem levar ao conhecimento do Senhor Presidente da Funai, deste organismo do Governo que tem o dever de zelar pelo respeito a execução dos direitos dos Povos Indígenas.

Kumarumã/AP., 02 de maio de 1983.

Segue as assinaturas dos Tuxauas e outros representantes indígenas participantes de Assembleia.

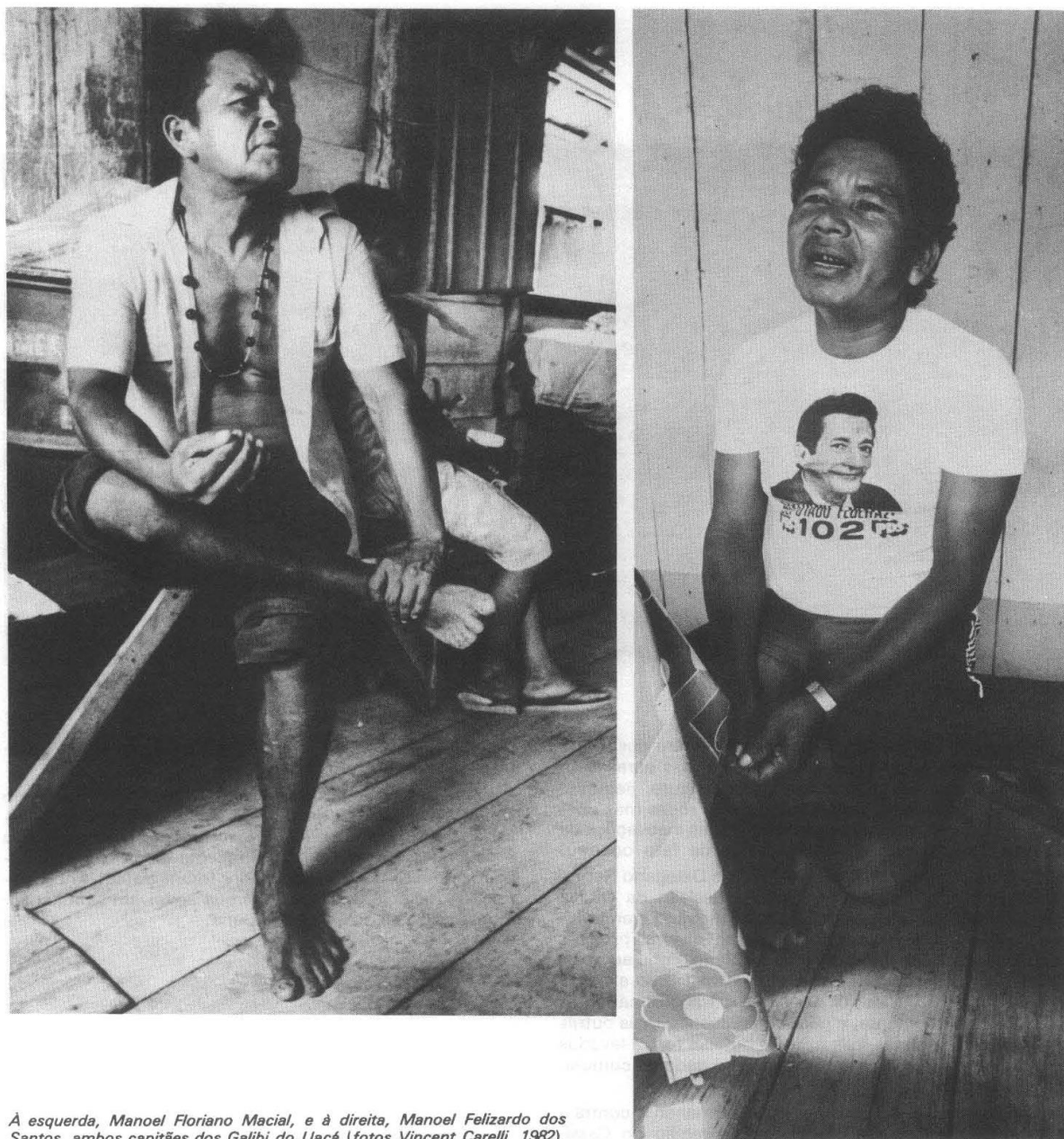
A existência da Fazenda de búfalos no Suraimõ nas terras do povo Galibi Marworno é uma discussão antiga. As lideranças do povo Manoel Floriano Macial e Manoel Felizardo dos Santos já haviam escrito uma Carta ao Presidente da Funai relatando sobre essa fazenda que havia sido implantada em 1962 com o intuito de fornecer leite e carne para as crianças da Escola de Kumarumã. Os problemas vieram anos mais tarde. Os búfalos começaram a invadir as roças e a destruir as plantações dos moradores. Com todos estes acontecimentos, foram enviados em 1976 inúmeros documentos à Funai e, especificamente em 10 de novembro de 1976 a comunidade, através das lideranças Galibi, Manoel Floriano Macial e Manoel Felizardo dos Santos, solicitou ao Presidente da Funai a desativação da Fazenda Suraimõ, ao General Ismarth de Araújo Oliveira, então Presidente da Funai.

As lideranças Galibi Manoel Floriano Macial e Manoel Felizardo dos Santos são nomes importantes na história política do povo Galibi Marworno (Figura 22). Seu Macial foi o cacique da Aldeia Kumarumã no contexto do processo de demarcação da Terra Indígena Uaçá, quando a Empresa Plantel tentou demarcar a “Reserva” de forma incorreta e ele não aceitou. Macial também participou de algumas reuniões para debater e, construir acordos com o governo na passagem da BR-156 pela “Reserva”.

Dando continuidade na política indígena do povo Galibi de Kumarumã, Felizardo assumiu como cacique várias responsabilidades deixadas pelo seu antecessor Macial. Dentre elas estava o problema da Fazenda de búfalos que ainda não havia sido desativada, além das pendências da demarcação, que precisava de ajustes, ser concluída e da emissão de homologação e documento de posse. Como cacique assumiu a encargo de realizar um evento em nível nacional em sua comunidade, a Assembleia Indígena Nacional de 1983. Tudo saiu perfeitamente bem e os convidados saíram muito satisfeitos.

A 3ª Assembleia Nacional dos Povos Indígenas na Aldeia Kumarumã em 1983 contou com a presença de vários povos indígenas do Brasil, que puderam participar devido a articulação das regionais do CIMI nos estados. Nas despedidas todos reforçaram para que não se esquecessem as mensagens deixadas e tudo o que fora discutido e debatido naqueles dias: “Peço não deixar nossas palavras cair. Temos que cumprir tudo o que foi debatido junto” (Mensagem do Cacique Macial, Jornal Mensageiro, nº20, 1983, p.12).

Figura 22: Lideranças Galibi Marworno Manoel Floriano Macial (esquerda) e Manoel Felizardo dos Santos (direita)



À esquerda, Manoel Floriano Macial, e à direita, Manoel Felizardo dos Santos, ambos capitães dos Galibi do Uaçá (fotos Vincent Carelli, 1982).

Fonte: Fotografias de Vincent Carelli (1982). RICARDO, 1983, p. 59.

Nesse encontro ficou claro que a luta tinha que continuar, e que as palavras proferidas nessa grande Assembleia, como união, autonomia, protagonismo e respeito, tinham que ser levadas adiante, até as respectivas aldeias dos parentes presentes. Assim, todos saberiam que os povos indígenas do Brasil estavam unidos. Durante a Assembleia, muito foi narrado sobre o descaso sofrido pelos nossos parentes, povos que veem servindo de exemplo de organização e de luta para muitos. Nossas conquistas eram aprendizados e exemplos a serem seguidos. Nossa organização, com apoio do CIMI, conseguiu a demarcação das três terras indígenas no

município de Oiapoque, Juminã, Uaçá e Galibi: “[...] Era um exemplo aqui o Amapá para o Brasil, mas os outros vieram trazendo todos os problemas que tinham em suas aldeias e em suas terras e partilharam com nossos parentes.” (Entrevista com Padre Nello Ruffaldi, cedida a Francinei Narciso Correia no dia 1 de março de 2018, na cidade de Oiapoque/AP).

A organização da Assembleia no Kumarumã foi muito elogiada pelo cuidado e pela atenção delegados aos convidados. Todos os povos participantes tiveram oportunidade de agradecer. Recebemos inúmero elogios. O povo Tembé ficou muito feliz em conhecer o povo de Oiapoque, que no passado já tinha escrito uma carta para o Presidente da Funai em prol deles. Os povos indígenas de Oiapoque, com o sentimento de dever cumprido, agradeceram a presença de todos e a disposição em participar da Assembleia, pois os convidados enfrentaram uma estrada em péssimas condições, uma longa viagem em um caminhão, que no trajeto teve que se empurrado e que foi finalizada num barco apertado até chegar na aldeia.

Os apoiadores da Assembleia Nacional de Kumarumã foram muitos, conforme está destacado neste trecho do Jornal Mensageiro:

SOLIDARIEDADE

Os amigos que nos ajudam

Muitos amigos nos ajudaram na realização desta assembleia:

- OXFAM e CESE que financiaram;
- A comunidade de Santa Maria Goreth que nos recebeu e acompanhou em Belém;
- Os Pe. Angelo e Fúlvio com os seminaristas que deram assistência em Macapá;
- Pe. Pedro Hermano e a comunidade de Itapuranga/GO;
- Os regionais do CIMI que ajudaram os representantes chegar até a assembleia;

Transcrevemos aqui a carta de amigos de Itapuranga. Esta carta foi lida no início da Assembleia. (Jornal Mensageiro, n.º 20, 1983, p.12).

A ajuda de alguns parceiros e instituições não governamentais foi fundamental para o deslocamento de parentes e a promoção da Assembleia, que de fato iniciou ainda na aldeia dos convidados que foram ao encontro do evento. A comunidade de Kumarumã e os indígenas da região de Oiapoque ajudaram na concretização da reunião, assim como a Oxfam e a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE), duas Organizações (ONGs) que contribuem para ações sociais no Brasil e no mundo.⁷

⁷ Para maiores informações ver: <https://www.cese.org.br> e <https://www.oxfam.org.br>.

Considerações finais

Meu Trabalho de Conclusão de Curso se apresentou como um grande desafio, onde procurei construir de forma compreensiva e coerente as minhas pesquisas e metodologias de estudo (entrevistas, documentos, artigos e sites). A 3ª Assembleia Indígena Nacional, assim como as Assembleias Nacionais, consistem em grandes eventos e praticamente não existem muitas referências a respeito. Com isso, foi realizado um trabalho cuidadoso, que visou percorrer diferentes fontes na pesquisa para compor o estudo. Não há praticamente estudos anteriores mais aprofundados sobre a 3ª Assembleia Indígena Nacional no Kumarumã. Nesse aspecto reside a importância do meu trabalho em investigar esse singular encontro nacional do movimento indígena, espaço onde se compartilhou e articulou tramites para a demarcação das terras indígenas, em uma época em que eram poucas as “Reservas Indígenas” no Brasil que estavam demarcadas, como no caso do Amapá.

Em alguns fatos citados na pesquisa precisei contextualizar o momento histórico brasileiro para poder explicar algumas falas da Plenário da Assembleia, como por exemplo, a negociação da abertura da BR-156 e a demarcação da Terra Indígena Uaçá. Assim, tracei um paralelo entre alguns eventos e o que estava sendo dito na ocasião. Contudo, se fez necessário estabelecer uma linha do tempo, marcada pela chegada em 1971 do Padre Nello no Brasil e, mais especificamente na região de Oiapoque, ainda, a criação do CIMI, a realização da primeira Assembleia de Chefes Indígenas no município de Oiapoque em 1976, a primeira e segunda Assembleia Nacional dos Povos Indígenas em 1974 e 1975 e, finalmente, a organização e execução da 3ª Assembleia Indígena Nacional na Aldeia Kumarumã, município de Oiapoque/AP em 1983. A historização do período em que ocorre a Assembleia possibilita que o interlocutor compreenda o contexto histórico regional – como o desenvolvimento da luta interna e externa e de formas de mobilização e articulação no movimento indígena em prol do bem estar e garantia de direitos dos povos indígenas da região de Oiapoque – e o contexto vivido pelos parentes no cenário nacional.

Quando se fala no CIMI, logo recordamos em nossa região do indigenista Padre Nello Ruffaldi, que iniciou sua carreira missionaria na Igreja Católica e depois tornou-se missionário entre os povos indígenas ao lado da indigenista Irmã Rebeca Spires do CIMI, grande parceira na luta pelas causas indígenas. Estes missionários foram na realidade importantes indigenistas, promoveram inúmeros trabalhos junto aos povos indígenas da região de Oiapoque, como na educação – com ensino bilíngue e formação de professores monitores, na saúde – com o apoio técnico para a introdução de poços artesianos, construção de fossas e distribuição de filtros de

água –, e, principalmente, na promoção das Assembleias locais (Geral e de Avaliação) que reuniam os chefes indígenas da região, como Manoel Felizardo dos Santos, Henrique dos Santos, Manoel Primo dos Santos (Côco), Manoel Floriano Macial, Geraldo Lod, Paulo Orlando, dentre tantas outras lideranças.

Enquanto emergiam movimentos e manifestações sociais no Brasil na nascente década de 1970, no cenário conduzido pela Ditadura civil-militar que se estendeu de 1964 até 1985, o CIMI, através da atuação do Padre Nello, mostrou-nos caminhos para a articulação política, ajudou-nos com a organização e defesa de nossas terras, permitindo o surgimento do que hoje reconhecemos como “movimento indígena” dos povos do Oiapoque. Em decorrência do trabalho indigenista que possibilitou a nossa organização e conscientização política, na luta e busca por direitos, o Padre Nello sofreu ameaças e foi acusado de “insuflar” os indígenas (RICARDO, 1983, p.10 e 11). As perseguições foram explicadas pelo Padre Nello porque a Igreja, através do CIMI, estava em contraposição ao Estado ditador.

Neste TCC destaquei a importância do Padre Nello em todos os momentos do movimento indígena, desde a sua construção até a concretização. Infelizmente essa importante liderança indigenista não se encontra mais entre nós. Hoje, o CIMI não atua mais da mesma forma, apesar de esporadicamente enviar representantes e acompanhar algumas reuniões. O Padre Nello em sua entrevista destacou que o papel do CIMI era temporário e, que, à medida em que os povos indígenas iam conseguindo articular, organizar e desenvolver a sua política indígena na educação, saúde e demarcação e homologação das terras, o CIMI sairia de cena por sua vez. Passamos por um longo processo de organização a partir das Assembleias, manifestações e viagens, com isso, os povos indígenas de Oiapoque tomaram a frente de sua luta por direitos e reconhecimento, enfrentando de frente o governo. Tudo que fora conquistado, deve-se às nossas lideranças do passado, sendo elas as raízes da nossa política indígena como a conhecemos hoje.

Todos as fontes utilizadas contribuíram para a pesquisa, com destaque para o Jornal Mensageiro e o Dossiê. Nestes lugares de história observei todos os assuntos debatidos, as reclamações com o trabalho da Funai, os grandes projetos econômicos e, principalmente, o contexto da demarcação da terra. A Assembleia se traduziu num momento singular da história dos povos indígenas de Oiapoque para a reafirmação de nossas lutas e conquistas, transformando-se, certamente, em um aprendizado para nós e para nossos parentes.

REFERÊNCIAS

BLOG, História & Vestibular. **Projeto Carajás**. Disponível em: <http://historiacsd.blogspot.com/2011/06/projeto-carajas.html>.. Acesso em jul. 2019.

CIMI, Conselho Indigenista Missionário. **Site oficial**. Disponível em www.cimi.org.br. Acesso em nov. 2017.

FORTE DOS SANTOS, Sinésia. **As Assembleias dos Povos Indígenas do Oiapoque (1976 – 2017)**. Trabalho de Conclusão de Curso, Licenciatura Intercultural Indígena (CLII), área Ciências Humanas, Oiapoque, abril de 2018.

HECK, Dionísio Egon; SILVA, Renato S. da; FEITOSA, Saulo Ferreira. (Orgs.) **Povos indígenas: aqueles que devem viver** – Manifesto contra os decretos de extermínio. Brasília: CIMI, 2017.

ISA, Instituto Socioambiental. **Povos Indígenas no Brasil, Povo Tembé**. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Tembé>. Acesso em fev. 2019.

MUNDURUCU, Daniel. **O carácter educativo do Movimento Indígena**. São Paulo: Ed. Paulinas, 2012.

NUNES, Erika Wane. **Memórias mun uaçá sobre a “proteção tutelar” entre os Galibi**. Lide dji mun uaçá a hespék dji “proteção tutelar” athe Galibi. Trabalho de Conclusão de Curso, Licenciatura Intercultural Indígena (CLII), área Ciências Humanas, Oiapoque, fevereiro de 2018.

RICARDO, Carlos Alberto. **Povos indígenas no Brasil - Amapá e norte do Pará**. Vol.03. São Paulo: CEDI, 1983.

FONTES DOCUMENTAIS

CIMI, Conselho Indigenista Missionário. **Dossiê: Depoimentos indígenas da Assembleia Indígena Nacional de Kumarumã – 1983**. Datilografado. Cópia reprográfica cedida pelo CIMI, através da Irmã Rebecca Spires.

JORNAL MENSAGEIRO. **Revista de Circulação Interna do Conselho Indigenista Missionário (CIMI)**. Edição n.º 18, ano de 1983.

JORNAL MENSAGEIRO. **Revista de Circulação Interna do Conselho Indigenista Missionário (CIMI)**. Edição n.º 20, ano de 1983.

FONTES ORAIS

Entrevista com Paulo Roberto da Silva, cedida a Francinei Narciso Correia em 06 outubro de 2017, cidade de Oiapoque/AP.

Entrevista com Padre Nello Ruffaldi, cedida a Francinei Narciso Correia em 1º de março de 2018, cidade de Oiapoque/AP.

Entrevista com Adailson Narciso, cedida a Francinei Narciso Correia em 17 de dezembro de 2017, na Aldeia Kumarumã, Terra Indígena Uaçá, município de Oiapoque/AP.

Entrevista com Irmã Rebeca Spires, cedida a Francinei Narciso Correia no dia 25 de março de 2018, na cidade de Oiapoque/AP.